



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento

Governo
Christiano Dias Lopes Filho



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento

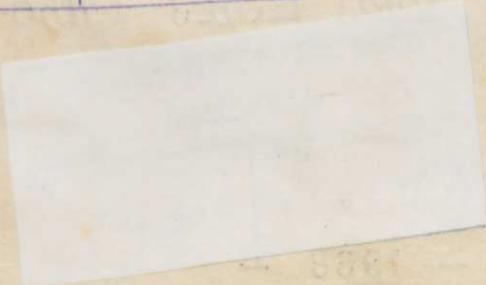
*Governo
Christiano Dias Lopes Filho*

— 1968 —

M
353.9815
E 77 u
1968
lx. 2

ARQUIVO PÚBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

N.º	DATA
3002	28-3-78



Mensagem apresentada pelo Go-
vernador Christiano Dias Lopes Filho
à Assembléia Legislativa, em 15-6-
1968, encaminhando sua prestação de
contas referente ao exercício de 1967.

N.G/1.237

Vitória, 15 de junho de 1968.

Senhor Presidente
Senhores Deputados,

Ao transmitir à alta consideração de Vossas Excelências a prestação de contas da Administração Estadual referente ao exercício de 1967, julgo do meu dever, no desempenho dêsse imperativo constitucional, valer-me da oportunidade para acrescentar os comentários e os estudos que se seguem.

Aos nobres Representantes do Povo não poderia furtar-me, realmente, a um diálogo mais demorado, — isso para mim constitui um redobrado prazer — para que, juntos, pela convivência democrática e pelo livre debate, possamos procurar os caminhos de nossa grandeza e assegurar aos nossos coestaduanos a certeza de que, dessa colaboração mútua entre os Poderes mais estreitamente vinculados, não foram descurados os deveres que assumimos, em cada área específica, para a solução dos nossos angustiantes problemas.

Sem a compreensão dos legisladores, a Administração Pública correria o risco de retardar as iniciativas, nos vários setores que reclamam a sua pronta atuação. Por outro lado, o Executivo que se comportasse de modo insensível às aspirações mais sentidas do Povo, poderia dêle se apartar em prejuízo do bem comum e do clima de entendimento que deve haver entre Governantes e Governados.

Todos os que detêm uma parcela de responsabilidade na condução da coisa pública só poderão, efetivamente, equacionar os problemas administrativos se estiverem de espírito aberto ao diálogo, à crítica e à compreensão mútua.

No decorrer do exercício passado, não me faltou o clima de entendimento com essa Augusta Assembléia Legislativa, traduzido através de várias e importantes medidas legislativas, cujos resultados já se estão fazendo sentir no conjunto da Administração Estadual.

O ponto culminante dessa atividade de colaboração recíproca foi marcado pela promulgação da vigente Constituição Estadual de 15 de maio, em cujo texto foram incorporadas várias disposições, originadas de emendas apresentadas por Vossas Excelências.

As diretrizes da nova Carta que, na adaptação às linhas gerais do modelo federal, adotou nova sistemática para o sistema tributário e de técnica orçamentária, além de outros dispositivos de grande alcance para normatizar a iniciativa do Poder Público na ordem eco-

nômica e social, na programação do ensino, na difusão de cultura e nas medidas assistenciais e de saúde, — deram ao Espírito Santo o ponto de partida para rever os seus problemas à luz de novos critérios e lutar pelas suas soluções no contexto renovado pela Revolução de 64 no âmbito federal.

A aprovação da Reforma Administrativa, cujo alcance será objeto de capítulo à parte, foi outra comprovação inequívoca da colaboração legislativa.

As medidas complementares, destinadas à implantação da Reforma Administrativa, também mereceram, em suas linhas essenciais, o beneplácito de Vossas Excelências e sobre elas me deterei, no momento próprio desta Mensagem.

Não faltou ao Executivo, por igual, a decidida receptividade para a aprovação do "instrumento estratégico" do orçamento-programa, apresentado em consonância com a lei federal 4.320, de março de 64 e que teve sua execução iniciada no presente exercício.

Há como se vê, um clima de renovação de métodos, de técnica administrativa e de planejamento no trato da coisa pública, com resultados que se desdobrarão ao longo de futuras administrações.

Eis porque, já no meu discurso de posse eu antecipava a Vossas Excelências:


"Vivemos talvez a quadra mais decisiva da história de nosso Estado. Ou êle demarra, decola para as arrancadas do progresso, ou estará irremediavelmente estrangulado, virtude do surto de desenvolvimento dos Estados vizinhos."

Para essa demarragem é que convoco a preciosa atenção dos Senhores Deputados.

E faço-o consciente de que, no exercício do mandato que lhes confiaram os nossos coestaduanos, não há de faltar, ao lado da crítica às vêzes apaixonada e, por isso, injusta, aquela dose de bom senso, de equilíbrio e de compreensão que marcou até agora a convivência entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Com essa convicção, peço vênja para abordar os principais aspectos da Administração Estadual, situados à margem da prestação de contas, mas cujo sentido com ela se entrosa, no desempenho de nossas tarefas de colaboração, e, assim, passando às mãos dessa Presidência o anexo Relatório, apresento a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares, as minhas mais

atenciosas saudações,

CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

Ilm.^o Sr.

Dr. José Moraes

DD. Presidente da Assembléia Legislativa
Nesta

1 — SITUAÇÃO GERAL DO ESTADO

a) Situação Sócio-econômica

b) Situação Financeira

a) SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA

Mau grado os esforços feitos para diversificar a sua economia, o Espírito Santo, infelizmente, tem vivido desde longos anos a reboque dos Estados que comandam a política da produção e comercialização do café. E assim é que, apesar da posição vantajosa desse produto em nossa pauta de exportação, a economia cafeeira sempre foi para nós uma fonte de sobressalto e de crises, já que estas repercutiam com mais intensidade entre nós do que em relação aos grandes Estados produtores.

Este fato, aliás, não passou despercebido ao nosso eminentíssimo ex-Governador — Jones Santos Neves, — quando, há vinte anos atrás, já advertia sobre o perigo de confiarmos o nosso futuro aos galhos frágeis dos cafeeiros.

A crise definitiva acabou por vir, como era esperada, pelos mais atentos observadores, e seus efeitos se fizeram sentir de modo violento para o Espírito Santo, quando a adesão do nosso País a uma política de controle mundial da produção, nos veio dessangrar com o programa de erradicação dos cafetais de baixa produtividade.

Certa, em princípio, nas suas coordenadas gerais, levou-nos, todavia, a nova política cafeeira, notadamente a partir de 66, a um estado de quase insolvência pelos reflexos negativos em nossa economia.

Tais reflexos, que se agravariam pelo tempo de espera necessário aos estudos das alternativas que nos poderiam socorrer, tiveram impacto violentíssimo em todos os setores: na Administração Pública, pela queda da receita; o agravamento do desemprego, pela abrupta liberação da mão de obra ociosa; e, finalmente, a própria redução da renda "per capita", pela queda de comercialização do produto.

Em expediente que dirigi ao Instituto Brasileiro do Café — I.B.C., antes mesmo de assumir o cargo de Governador pela honrosa escolha dos que exerciam, ao meu lado, o mandato de Deputado, procurei sensibilizar esse órgão federal para os reflexos decorrentes da erradicação cafeeira, conforme se verifica dos seguintes dados:

1 — Área liberada com a erradicação:

218 115 ha (segundo estatística oficial do IBC/DAC) para abril de 67;

2 — mão de obra liberada na lavoura:

120 000 pessoas;

- 3 — número de pessoas que dependem da mão de obra liberalizada: 260 000;
- 4 — valor de investimentos tornados ociosos (lavoura erradicada, habitações, terreiros, tulhas, etc.):
35 bilhões de cruzeiros velhos;
- 5 — redução da safra:
1 000 000 de sacas por ano;
- 6 — redução da renda:
25 bilhões de cruzeiros velhos por ano;
- 7 — redução da receita do Estado:
5 bilhões de cruzeiros velhos por ano.

Posteriormente, já no exercício do cargo, tive ensejo de reiterar ao órgão cafeeiro as providências tendentes a atenuar o colapso da nossa economia, reivindicando o que, a justo título, me parecia cabível em termos de assistência e financiamento, para levarmos a bom êxito a transição da economia capixaba.

Nossas prementes dificuldades acabaram, finalmente, por sensibilizar o órgão federal que comanda a política cafeeira.

Graças à compreensão do IBC, o Espírito Santo recebeu inicialmente a colaboração financeira para custear os estudos das possibilidades da sua diversificação agrícola e para a implantação da Cia. do Desenvolvimento do Espírito Santo, como órgão de apoio, financiamento e repasse para estimular a iniciativa privada.

A situação crítica do Estado tem, por outro lado, outras conotações que convém assinalar. Com uma população predominantemente rural, sua renda "per capita" é inferior à da média dos Estados situados na Região Centro-Sul e, inferior, mesmo, à do Estado do Amazonas. A falta de recursos energéticos vem retardando o início de sua industrialização.

Excluido de quaisquer programações regionais, como o que beneficia há mais de uma década o Nordeste ou os que, de data recente, vêm estimulando a economia dos Estados situados na Bacia Amazônica ou no Sudeste do País, dificilmente o Espírito Santo poderá alcançar os níveis de progresso dos demais Estados da Região Centro-Sul se não puder captar os recursos necessários à implantação de uma infra-estrutura capaz de suportar o esforço de seu Desenvolvimento.

Já em meu discurso de posse eu procurava situar os fatores de marginalização do nosso Estado e apontava as medidas que poderiam nos conduzir ao rumo desejado.

Desde então, tenho clamado pessoalmente, quando em contato com autoridades federais, ou em entrevistas e pronunciamentos públicos, que o Espírito Santo tem sido o grande esquecido da Federação e que já chegou o momento de uma reparação histórica.

Com o objetivo de fazer a projeção de nossos problemas, coordenei as providências para a realização de um Simpósio, que só pôde ser realizado no início do corrente ano e que teve o mérito inegável de projetar a verdadeira imagem do nosso Estado nas áreas da decisão dos órgãos federais.

Paralelamente ao esforço de obter a ajuda que não tem sido sonegada a outras Unidades da Federação, teremos de despertar as nossas energias latentes e começar, quanto antes, com recursos próprios, o nosso processo de Desenvolvimento, tal como anunciei em meu discurso de posse.

“O esforço do Governo, para modificar a fisionomia econômica do Estado, completar-se-á com um plano de investimento nos setores da educação, saúde, rodovias, telecomunicações, habitação, energia elétrica e Porto de Vitória.”

Assim é que, para atender a êsse objetivo já se pode assinalar que os problemas de nossa infra-estrutura foram equacionados, na proposta do orçamento-programa, com a seguinte participação na Receita Orçamentária:

Educação	26,3%
Transporte	23,5%
Saúde	10,4%

Contra tanto fatôres adversos, tenho conclamado o povo, o comércio, a indústria, a agricultura, a mocidade e as classes liberais, a cerrarem fileiras em torno dos nossos objetivos comuns, para a Batalha do Desenvolvimento, que é de todos, porque de todos será a participação na vitória final.

Para montar uma estrutura destinada a assegurar o desenvolvimento, várias e importantes medidas legislativas foram aprovadas por Vossas Excelências no decorrer de 67, revelando identidade de pontos de vista com o Poder Executivo e de tão largo alcance se revestem na conjuntura sócio-econômica do Estado que decidi incluí-las em capítulo separado, para lhes dar o necessário relêvo.

b) SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação do Erário Estadual não poderia deixar de sofrer as consequências da crise econômico-social, que se abateu sobre o Espírito Santo.

Tomando-se para análise a arrecadação tributária do último quinquênio, ter-se-iam os seguintes valores:

Ano	Arrecadação
63	NCr\$ 7.589.765
64	” 16.431.065
65	” 29.661.870

66	”	41.691.447
67	”	46.578.136

Aplicando-se sobre êsses valores constantes o cálculo de desinflação com base nos preços de 66, verificar-se-ia o seguinte quadro, elaborado pelo CODEC:

Ano	Arrecadação
63	NCr\$ 31.508.087
64	” 35.743.850
65	” 41.073.898
66	” 41.691.447
67	” 35.845.117

Em termos relativos, a Arrecadação tributária estadual, conheceu, portanto, pequeno incremento (15% aproximadamente) de 63 para 64 e estacionou nos exercícios de 65 e 66, para sofrer uma queda no exercício de 67.

Este fato, decorrência direta da crise cafeeira, foi, por sua vez, agravado por outros fatores.

RT
A Reforma Tributária, adotada em 67 por força dos Atos Complementares do Governo Revolucionário, teve para vários Estados repercussão desastrosa no início de sua implantação.

Estado predominantemente consumidor, o Espírito Santo foi dos que mais sofreram em suas rendas pela nova sistemática do I.C.M., que substituiu o antigo Impôsto de Vendas e Consignações.

Basta dizer que no regime do I.V.C., a alíquota estadual, fixada em 7,79, incidia com o mesmo percentual sobre todas as operações mercantis. O I.C.M., ao contrário, passando a incidir sobre o valor acrescido das mercadorias — ou seja, sobre o lucro — iria beneficiar mais os Estados produtores, em detrimento dos Estados consumidores, já que a maior incidência tributária seria recolhida na primeira operação mercantil.

Tal fato gerou, por outro lado, os chamados créditos fiscais, atraindo os comerciantes ao expediente de reforçar os seus estoques sem o ônus de imediato desembolso para satisfazer as obrigações fiscais devidas ao Estado.

Felizmente, a legislação federal, que serviu de paradigma às leis estaduais reguladoras do novo sistema, previa a possibilidade de ser exigido dos contribuintes o controle de seus estoques, tendo, por isso, a Secretaria da Fazenda partido para a sua adoção obrigatória, salvo a opção por um critério de lucro presumido.

E isto era tanto mais justo porque viria vincular a cada mercadoria o respectivo crédito fiscal.

Inconformados com a nova fórmula, centenas de contribuintes, notadamente da Capital, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, ingressaram em Juízo para fazer valer os seus créditos fiscais, o que veio a afetar não só os serviços normais de fiscalização, como retardar o re-

cebimento dos impostos devidos.

Sòmente no atual exercício, depois de verem frustradas em primeira instância as ações consignatórias, foi possível chegar a um acôrdo com a maioria dêsses contribuintes pela adoção de nova fórmula, que vem sendo executada com geral aceitação e em regime de experiência.

Além da nova sistemática tributária, a fiscalização do Estado estava desprovida, desde alguns anos, de pessoal devidamente habilitado, em decorrência dos critérios de provimento dos cargos nesse setor, geralmente firmados em razões políticas, agravado pelo regime de concessões e omissão da autoridade, quando não havia cumplicidade, durante os últimos anos.

Havia, até mesmo, alguns casos de focos de corrupção no órgão arrecadador, que exigiu uma série de providências administrativas, das quais resultou um grande número de demissões a bem do serviço público.

Juntando-se a todos êsses fatores o equipamento deficiente, por falta de viaturas, poder-se-á avaliar o baixo rendimento da ação fiscal, inobstante a existência nos quadros da Receita Pública de funcionários leais e dedicados.

O ano de 67 foi, portanto, um ano de crise orçamentária no Espírito Santo, não só pela queda da Receita, em têrmos relativos, como, também, pelas obrigações que o Estado não poderia deixar de atender, como medida de sobrevivência de seu funcionalismo.

Assim, já em meados de maio tive ensejo de enviar a Vossas Excelências a Mensagem N.G/754, com a proposta para a concessão de um abono de NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), a cada funcionário e elevação do salário família de NCr\$ 1.00 (Hum cruzeiro novo) para NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos), por dependente, com vigência a partir de primeiro de maio e cujo ônus representou o aumento de despesa estimado em mais de cinco milhões de cruzeiros novos até ao fim do exercício.

Posteriormente, pela Mensagem N.G/1541, de 16-08-67, foi apresentada a essa Augusta Assembléia Legislativa a proposta de novos níveis de vencimentos de Magistratura, Ministério Público, Tribunal de Contas e Policia Militar, simultaneamente com a adoção de gratificação do nível universitário, estendida esta última a tôdas as categorias funcionais, representando novos ônus para a execução do Orçamento.

Acrescente-se a êstes fatos o resgate feito, com recursos de 67, de Restos a Pagar e outros débitos de exercícios anteriores, no valor de NCr\$ 8.489.683,00 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e três cruzeiros novos), para completar o quadro de nossas dificuldades financeiras, que só pôde ser atenuada, no final do exercício, por operação bancária de ordem de NCr\$ 2.133.000,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil cruzeiros novos).

E como se não bastassem tantos fatores adversos, verificou-se, também, em 67, que os recebimentos à conta do fundo de participação dos Estados, estimados realísticamente em NCr\$ 12.188.240,00 (doze milhões cento e oitenta e oito mil e duzentos e quarenta cruzeiros novos), só atingiram a importância de NCr\$ 7.414.193,00 (sete milhões quatrocentos e quatorze mil e cento e noventa e três cruzeiros novos).

Ante o vulto de tais dificuldades, foram congeladas inúmeras dotações orçamentárias, cujo prejuízo não é necessário acentuar para o plano de obras e investimentos programados.

Tais foram, Senhores Deputados, os principais fatos de ordem financeira que marcaram o exercício de 67.

II — REFORMA ADMINISTRATIVA

Aspecto marcante da Administração, em favor do qual se associaram experiências amadurecidas, observações de longa data e esperanças recentes, foi a Reforma Administrativa consubstanciada, em suas linhas mestras, na Lei 2.296, de 17 de julho de 1967.

A estrutura administrativa até então vigente consistia, praticamente, num amontoado de órgãos, sofredores de distrofias congênitas, às vezes, quando não das atrofias decorrentes de incompatibilidades entre os reclamos de técnicas novas e a estagnação de sistemas superados.

Afirmamos, de uma feita, num simbolismo de alcance geral, que a estrutura por nós encontrada era um verdadeiro sapato apertado para o Estado do Espírito Santo. Não se poderia pretender, consequentemente, qualquer caminhada de metragem maior, em tais condições. Era o retardio, o assincronismo, o descompasso, gerando a consequência infindável dos desacertos e emperramentos.

Mais do que um simples enunciado de princípios organizacionais, a Reforma Administrativa é portadora de conteúdo sentimental e moral que a caracteriza, antes e acima de tudo, como tomada de posição. É uma reformulação de métodos de Governo, nos processos da administração, nos cânones de exercício de poder. Abre horizontes imensos de ação, disciplinando-os, condicionando-os à rigidez de comportamento orçamentário, à jurisprudência de órgãos habilitados a um assessoramento permanente e eficiente, à obediência de linhas diretoras estabelecidas com disciplinamento e flexibilidade.

A Reforma Administrativa foi, além disso, um gesto de responsabilidade quase ilimitada perante a apreciação do próprio futuro. Sabíamos o quanto de dificuldades seria anteposto a uma providência de tal natureza que, por si, iria modificar estruturas e interesses, alterar normas e sedimentarismos, mudar procedimentos e vantagens, transformar processos, rotinas e rotineiros. Sabíamos o quanto de perigoso representava o abalancamento de um casarão velho para dêle retirar terças apodrecidas, barrotes carcomidos, circulações labirínticas, proporcionando-lhe o arejamento das decisões rápidas, a aeração das idéias progressistas, o acabamento de métodos modernos, rápidos, eficientes e de menor custo.

Dispõe, assim, aquele instrumento de um conjunto de normas tendentes a tornar a administração pública mais ágil, menos pesada, mais leve, mais flexível, menos emperrada, mais responsável, mais ventilada, mais ambiciosa em termos de realização, mais aparelhada, enfim, para agir a tempo e hora, com medidas precisas, bem estudadas e planejadas. Incorpora-se, portanto, a Reforma Administrativa a um

conjunto de providências, integrando uma diretriz ampla; não é uma peça isolada, perdida em si mesma, agindo em derivação. Ela abrange e ramifica, ela reune e diversifica, ela congrega e desconcentra, ela aglutina e descentraliza, ela fortalece a máquina administrativa, tornando-a apta, ao mesmo tempo, a agir em distância maior, com eficiência maior e com alcance muito mais generalizado.

Seus princípios e normas fundamentais sintetizam toda a gama de ação capaz de proporcionar à Administração Pública um instrumento verídico de desenvolvimento: programação, coordenação, descentralização com desconcentração, delegação de competência e controle — esta a própria filosofia da Reforma Administrativa.

Para abranger uma área assim imensa de aplicação, adotou-se metodologia compatibilizada com os modernos processos de organização: órgãos de assessoramento funcionando na retaguarda, constituindo um suporte qualitativo e opinativo de segurança e orientação; órgãos de execução, atuando com tranquilidade, através de esquemas pré-estabelecidos, sem improvisações danosas, sem tentativas experimentais operando ao alvedrio das incertezas.

Através da honrosa delegação, consubstanciada na Resolução 1.145, de 11 de julho de 1967, a Assembléia Legislativa ofereceu ao Executivo um campo imenso de ação legisferante, a fim de que pudessemos, sem amarras de prazos, completar as linhas mestras da Reforma. Fizêmo-lo mediante a expedição de Leis Delegadas, 26 ao todo, complementando estruturas de órgãos e definindo aspectos da legislação que exigiam definição e esclarecimento.

Em contrapartida a tão vasto crédito de confiança, tivemos o zelo permanente de não ultrapassar, no mínimo que fôsse, a ilimitação dos poderes que nos foram outorgados. Assim agimos por convicção e formação pessoais; assim agimos, igualmente, pelo respeito e importância que atribuimos ao Poder Legislativo, no qual reconhecemos a capacidade de triagem no processo de preparação legislativa. Não nos deixamos surpreender pelo arbítrio nem pelo excesso de poder e usamos, tão somente, a delegação que nos foi deferida na exata proporção da confiança que nos foi outorgada.

Dentro de tal espírito e tangidos pelos melhores propósitos, elaboramos as Leis Delegadas, cuja complementação estrutural se efetivará em medidas de regulamentação. Deu-se corpo, assim, à própria Lei de Reforma Administrativa. Sua implantação não é um processo rápido; nesta fase, utilizam-se as observações, equacionam-se as realidades, medem-se as exigências mais diversas nos mais variados setores e, da soma desses fatores, são extraídos os elementos norteadores de sua implantação.

Não nos quedamos, entretanto, nessas medidas que são as iniciais. A parte relativa ao pessoal da Administração Pública, para o qual a Reforma destinou vários capítulos, prossegue em ritmo de exame, observação e solução para as distorções e desigualdades. Adoção de um novo sistema de classificação, levantamento geral da situação dos funcionários, para melhor distribuição do efetivo, em moldes a se aproveitar aqueles que se tornam ociosos por inaproveitamento, implanta-

ção do sistema de mérito, a fim de que os dedicados e capazes possam fazer jus ao seu esforço, funcionamento constante de cursos de aperfeiçoamento, adaptando o pessoal da administração às modernas técnicas de trabalho — são as novas metas de nosso programa para o novo exercício.

Assinalaremos, destacadamente, os diversos aspectos contidos nas Leis Delegadas, a fim de que se aquilate o alcance de todo o trabalho da Reforma Administrativa, dentro do conjunto de providências tomadas pelo atual Govêrno:

Lei Delegada n.º 1: Complementa a estrutura básica do Departamento de Administração Geral, definindo a competência de seus órgãos integrativos.

O Departamento de Administração Geral, que é entidade inteiramente nova dentro da conjuntura legal proposta, constitui órgão de assessoramento superior ao qual compete a execução de atividades de Administração Geral, a orientação da política de assistência aos servidores e a coordenação, orientação e controle de atividades de igual natureza exercidas, no âmbito setorial das Secretarias, pelas Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes. Através de serviços de Pessoal, Organização, Seleção, Aperfeiçoamento e Avaliação de Mérito, o Departamento de Administração Geral situa-se em posição chave no processo de implantação da Reforma Administrativa. Compete-lhe, além dos trabalhos de rotina no cadastramento e fichário de todo o funcionalismo, fixar as linhas da metodologia de ação na área que lhe é específica. Ao invés de fazê-lo com sentido de concentração num órgão, correndo os inevitáveis riscos de congestionamento, sua ação far-se-á em sentido de ramificação, agindo em cada Secretaria, através de subsidiárias com a denominação de Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, às quais incumbe, em âmbito reduzido, exercer a tarefa que, em âmbito global compete ao Departamento de Administração Geral.

Outra inovação é o retorno, à área do Departamento Geral da Administração, do Serviço de Biometria, deslocando-o do setor específico da Secretaria de Saúde.

Lei Delegada n.º 2: Complementa a estrutura do Departamento de Edificações e Obras (DEO).

Com a extinção da Divisão de Obras, que integrava a Secretaria de Obras Públicas, surgiu a necessidade de constituir um órgão, em substituição, com a incumbência de executar, por via direta ou indireta, os serviços típicos no setor de engenharia. A estrutura da extinta Divisão de Obras desatendia completamente ao que se poderia prender de um setor público. Na sequência de desacertos, erros e comportamento irregular, aquela Divisão tornou-se o símbolo da situação caótica a que fôra conduzido o Estado, notadamente na parte relativa às construções. Contratos mal forjados, contas pagas com inteira revelia

às exigências mínimas de seriedade, malbaratamento total de materiais que eram desviados, criminosa ou imprudentemente, impossibilidade, quer, de um levantamento capaz de definir o volume de obrigações para com terceiros, esta em síntese, a imagem da Divisão de Obras. Atribuiu-se ao órgão de substituição caráter de autarquia, dotando-o de conselho próprio como primeiro elemento de controle, deu-se-lhe, enfim, características de empresa, com estrutura sólida, capaz de torná-lo uma entidade efetivamente atuante, sem possibilidade de repetição dos grandes erros que macularam a entidade antecessora.

Lei Delegada n.º 3: Prevê o Fundo da Reforma Administrativa estabelecido no Artigo 105, da Lei 2.296 de 17-07-67, através da utilização de saldos de dotações orçamentárias.

Lei Delegada n.º 4: Estabelece a estrutura básica e define a competência dos órgãos da Secretaria de Saúde e Assistência.

Atribuindo aos órgãos da Secretaria de Saúde e Assistência uma feição normativa, a legislação prevê a aglutinação dos serviços de caráter hospitalar numa Fundação. É inovação coerente com os modernos princípios vigentes neste setor de atividades. Dar-se-á, ao conjunto de órgãos de assistência médico-hospitalar, uma flexibilidade que, sem prejuízo de sua ação, exonerará o Estado de ônus crescentes eliminando a natureza puramente paternalista de seus serviços. A adoção de um regime de Fundação alicerça-se, ainda, na análise e observação de providências idênticas adotadas por outras unidades da Federação, notadamente da Fundação Otávio Mangabeira, da Bahia, cujos resultados aconselharam a inovação proposta.

Lei Delegada n.º 5: Define a competência dos órgãos da Secretaria da Agricultura.

Várias providências marcantes foram introduzidas no setor específico da Secretaria da Agricultura. A criação de um Conselho Estadual de Política Agro-Pecuária surgiu como decorrência de oportunidade de se ter, participando no processo de deliberação, o maior número possível de órgãos capacitados a lhe imprimir condições de orientação e fixação de uma política agro-pecuária compatível com as reais reivindicações do Estado.

Criou-se o Departamento de Mecanização Agrícola (DERMAG), com características de autarquia, ensejando-lhe meios de atuar no campo de sua especialidade, em regime empresarial, com o que se lhe garantirá uma renovação permanente dos meios de ação. Erigiu-se a antiga Divisão de Terras e Colonização em órgão de autonomia relativa, deslocando-o em termos de ação centralizada da própria Secretaria, com o que se permitirá o desafogo de andamento dos milhares de pro-

cessos relativos às terras rurais. Incluiu-se na área de previsões o funcionamento da Companhia de Fomento Agro-Industrial, mediante o que estará o Governo efetivamente apto a uma política de fomento à agricultura e ao desenvolvimento agro-industrial, através da garantia de preços e permanente comercialização da produção. Pretende-se, com isso, evitar os desniveis de preços correspondentes aos períodos de safra e entre-safra, causa principal do desestímulo para maior produção do meio rural.

Outra inovação, ainda no setor da Secretaria da Agricultura, relaciona-se com a criação da Divisão de Recursos Naturais Renováveis, que se propõe ao levantamento da fauna, flora, solo e hidrologia, desenvolvendo atividades relacionadas com botânica e zoologia, silvicultura e defesa dos recursos naturais. Estabelecer-se-á, consequentemente, uma efetiva política de proteção ao patrimônio natural, evitando-se através de orientação e fiscalização, os processos de devastação de espécies e aproveitamento não racional das riquezas naturais.

Lei Delegada n.º 6: Cria o Conselho Estadual de Cultura.

Enfatizando a cultura, no seu sentido mais amplo, como processo de desenvolvimento social, a Lei Delegada n.º 6 estabelece as diretrizes de comportamento do Conselho Estadual de Cultura, que conta com a participação de elementos representativos das principais associações culturais do Estado. Cumpre-lhe formular tôda a política cultural do Estado, promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico estadual, bem como estabelecer plano de cooperação com tôdas as entidades culturais, em trabalho coordenado.

Lei Delegada n.º 7: Define a política estadual de turismo e cria a Emprêsa Capixaba de Turismo (EMCATUR).

Dando ao turismo a interpretação moderna e atribuindo-lhe tratamento consentâneo com os modernos processos de aproveitamento do potencial turístico do Estado do Espírito Santo, a Lei Delegada n.º 7, define a própria política de turismo a ser exercida pela EMCATUR, emprêsa de capital misto. Concebida em perfeita consonância com a EMBRATUR destina-se o órgão regional a um efetivo aproveitamento de nossa potencialidade turística, dando-lhe tratamento correto, capaz de dinamizar, mesmo, a "indústria sem chaminés". Para tanto, preconiza-se uma sadia e objetiva política de incentivos mediante o que se pretende atrair, para tal área, um volume considerável de investimentos.

Lei Delegada n.º 8: Organiza o Departamento de Transportes e fixa normas para uso e aquisição de veículos.

A Lei Delegada n.º 8 normaliza a aquisição e uso dos veículos oficiais e cria um órgão específico destinado a cuidar de tão importante setor da administração pública. O abuso e irregularidade no uso

e compra de veículos destinados ao serviço público não se fazem medidos apenas pelos resultados acintosos que afetam a boa moral administrativa, mas se refletem em dados numéricos, com sacrifício dos dinheiros públicos. A ausência de controle, o que pode ser adotado mediante regime de garagem central, implica no malbaratamento de combustível e no próprio veículo, sujeitando-o ao inconsciente abuso dos que depredam o patrimônio estadual pela carência de fiscalização e repressão. Objetivando a padronização da frota oficial e impondo-lhe normas práticas de controle, o Departamento de Transportes se constituirá em órgão dos mais úteis à normalidade administrativa.

Lei Delegada n.º 9: Estabelece a estrutura e define a competência básica da Secretaria da Indústria e Comércio.

Como instrumento importante na coordenação de processo de desenvolvimento, a Secretaria de Indústria e Comércio tem por objetivo orientar e estimular as atividades industriais e comerciais no Estado do Espírito Santo, através do estudo de problemas correlacionados com aquelas atividades, bem como a gestão dos órgãos públicos que detêm aquelas características. É nosso propósito, ainda, modificar-lhe a estrutura, dando-lhe amplitude maior, atribuindo-lhe responsabilidades no setor de mão-de-obra, com o que, ingressaria em sua faixa de atuação, o setor de Trabalho. Com isso, estaria o órgão suficientemente preparado para atender plenamente às suas finalidades, atuando numa área de larga repercussão social.

Lei Delegada n.º 10: Estabelece a estrutura e define a competência básica da Secretaria de Serviços Públicos Especiais.

A Secretaria de Serviços Públicos Especiais surgiu no corpo da Reforma Administrativa, englobando todas aquelas atividades que, por sua natureza, não se enquadravam especificamente em outros setores e que, pelo volume de repercussão administrativa, deveriam merecer um tratamento coordenado e uniforme. Na sua área de ação, situam-se o Departamento de Estradas de Rodagem, a Administração do Pôrto de Vitória, a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN), a Empresa Fôrça e Luz Alegre-Veado, o Departamento de Edificações e Obras, a Coordenação de Urbanização dos Terrenos de Marinha, o Departamento de Transportes e a Superintendência do Vale do Itabapoana (SUDESITA).

Dos órgãos enumerados, surgem com características de inovação a Coordenação de Urbanização de Terrenos de Marinha e a SUDESITA. Aquela objetiva a adoção de uma política racional de aproveitamento das áreas alagadas de marinha, para enquadramento em planos de urbanização e habitação e a última se propõe a agir na área do Vale do Itabapoana como entidade coordenadora e propulsionadora do desenvolvimento regional, através de pesquisas, levantamentos, estudos e planejamento setorial. Nesse sentido, têm sido mantidos con-

tactos com emprêses especializadas visando a, dentro em breve, estabelecer-se, para aquela região, uma nova dinâmica em prol de seu desenvolvimento.

Lei Delegada n.º 11: Organiza o Departamento de Material e Patrimônio.

Outra providência de largo alcance administrativo foi a estrutura atribuída ao Departamento de Material e Patrimônio, em regime especial de administração centralizada. As crescentes necessidades do Estado na absorção de material destinado aos seus serviços; a imperiosa fiscalização a ser imposta na aquisição dêsse material, padronizando-o para efeito de melhor obtenção de preços e utilização; o cadastramento dos imóveis, sua conservação e fiscalização são, em síntese, os motivos que nos levaram a dar, ao Departamento de Material e Patrimônio, nível organizacional capaz de torná-lo apto ao efetivo cumprimento de suas responsabilidades. De outro lado fixaram-se normas definindo os graus e níveis de responsabilidade e co-responsabilidade quanto à guarda dos bens patrimoniais, cujo levantamento se torna obrigatório à medida da renovação dos elementos que integram a administração.

Lei Delegada n.º 12: Estabelece a estrutura e define a competência dos órgãos da Secretaria de Serviços Sociais.

A interpretação moderna atribuída aos problemas sociais, a necessidade de se uniformizar, para melhor rendimento, as entidades assistenciais, a concepção da comunidade como resultante do comportamento das células que a compõem — indivíduo e família —, o exercício de uma política que elimine a forma paternalista de atendimento, máxime quando ela assume feições de gesto que humilha e não de carinhosa assistência que exalta, o zêlo pela aplicação das subvenções que integram o orçamento público, a participação da própria comunidade na orientação dêsse método de atuação sintetizam a estrutura da Secretaria de Serviços Sociais, criada em decorrência da Reforma Administrativa.

Manteve-se o Instituto de Bem Estar Social como órgão integrativo da nova Secretaria, criando-se, além disso, na mesma categoria, a Coordenação da Política Habitacional. O primeiro, com a sua destinação original, quando a sua criação representou um avançadíssimo passo na política do Bem Estar Social e cuja validade não decresceu com o tempo; e a segunda, destinada a manter uniformidade de ação dos diversos órgãos integrados na política de solução do problema habitacional, notadamente aquela desenvolvida pela Companhia Habitacional do Espírito Santo. A Fundação do Bem Estar do Menor, congregando todos os órgãos que se preocupam com o problema específico do menor, objetivando dar ao assunto um tratamento diferente, condicionado às realidades de uma recuperação efetiva e não do simples

internamento — que não resolve o problema, aprisionando-o, apenas, aos limites de sua própria duraçāc. Através da Fundação do Bem Estar do Menor, pretende-se aglutinar maior volume de esforços e de meios em favor de solução mais humana para tão exigente e angustioso problema.

Lei Delegada n.º 13: Estabelece a estrutura e define a competência básica da Secretaria da Fazenda.

A Secretaria da Fazenda, pela sua natureza e pelo volume de encargos que lhe são impostos no difícil e movimentado setor da fiscalização e arrecadação, não poderia permanecer adstrita a sistemas de ação não condizentes com o crescimento de sua área de ação. Daí o desafôgo que se procurou estabelecer para a sua nova estrutura, a ser complementada através de decreto. Menos do que a preocupação de onerar tão importante setor da administração pública, com a sobre-carga de atribuições, procurou-se estabelecer, em seu favor, uma distribuição de maior alcance, em moldes a que todos os seus órgãos possam funcionar perfeitamente esquematizados, com unidade e coordenação, atingindo os seus objetivos de arrecadar com justiça e eficiência, contribuindo, decisivamente, para o equilíbrio da situação econômico-financeira estadual.

Lei Delegada n.º 14: Organização do Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola.

O novo órgão, vinculado à Secretaria da Agricultura, com um largo raio de ação na especificidade da engenharia rural, recebeu, através da Lei Delegada n.º 14, a definição de sua linha de ação e a normatização de comportamento de suas divisões e seções. Verifica-se, através da enumeração de suas finalidades, a preocupação governamental em contribuir com a classe rural, melhorando a infra-estrutura de suas propriedades, com regularização de defluvios dos cursos de água, açudagem, barragem, drenagem, irrigação, abertura de poços, saneamento, destoca, aração, dragagem e demais serviços capazes de promover o uso racional do solo, a defesa e preservação dos recursos naturais.

Situa-se o DERMAG, consequentemente, na linha de frente da ação governamental, destinado a operar em bases de contribuição com remuneração, possibilitando a todos os interessados, notadamente aos pequenos e médios lavradores, a solução de problemas que, certamente, sem tal colaboração, teriam solução demorada e de graves repercussões financeiras.

Lei Delegada n.º 15: Organiza a Consultoria Geral do Estado

A disparidade de entendimentos jurídico-administrativos, com a consequente balbúrdia interpretativa, a carência de um organismo de suporte capacitado a prestar assessoria permanente na solução de intricados problemas jurídicos da administração, a necessidade de ra-

cionalizar os serviços de tal natureza em todos os demais órgãos que não apenas o Gabinete da Governadoria, levaram à criação da Consultoria Geral do Estado que, em âmbito setorial, funciona através da Assessoria Jurídica. Objetivou-se, com isso, implantar uniformidade de procedimento processual, com razoável economia burocrática e melhor eficiência.

Lei Delegada n.º 16: Organiza o Departamento de Terras e Colonização.

A Lei Delegada n.º 16, que mereceu o apoio da Assembléia Legislativa Estadual, representa mais do que a simples estruturação de um órgão com incumbência de atuar no setor de regularização de terras devolutas. Contém ela os princípios que constituem o estatuto de terras do Estado, definindo a política governamental relativa aos direitos e obrigações concernentes aos imóveis rurais e aos projetos de colonização. Não obstante contra tais dispositivos tivessem sido arguidas certas dúvidas que, posteriormente, se mostraram improcedentes, seu conteúdo é do maior alcance político-social, posto que extinguem critérios superados e inadmissíveis, mediante os quais a “venda” de terras públicas se houvera transformado em calamitoso problema, criando, dentro da administração, um clima de verdadeiros atentados à moralidade administrativa. Desprovida de uma legislação atualizada, ou simplesmente provida de uma legislação que ensejava práticas ruinosas, a política de terras, no Estado, houvera perdido o seu caráter social, para se transformar numa sucessão de verdadeiros escândalos administrativos. A opinião pública testemunhou, através de depoimentos indesmentíveis, notadamente aqueles proferidos da Tribuna da Assembléia Legislativa, episódios que demonstravam o caos administrativo reinante e que nos levaram à adoção de medidas urgentes, tidas como excessivamente e drásticas por uns, necessárias por outros, tardias pelos mais conscientes. Procurou-se através da Lei Delegada n.º 16, traçar normas em compatibilidade com o Estatuto da Terra (Lei Federal 4504, de 30 de novembro de 1964), regulando não apenas os aspectos relacionados com a alienação de terras devolutas, mas, também, aqueles relacionados com sua legitimação e cadastro.

Lei Delegada n.º 17: Estrutura a Procuradoria Geral do Estado.

O ex serviço Jurídico do Estado tinha, a seu cargo, não apenas a participação nos feitos contenciosos em que eram partes o Estado e suas repartições, mas também, prestava toda a espécie de assessoramento necessário à apreciação dos processos administrativos. Isto representava encargo elevado para os componentes do Serviço, ao mesmo tempo que não produzia resultados satisfatórios quanto ao andamento interno dos processos de natureza não contenciosa. Com a criação da Consultoria Geral e respectiva Assistência Jurídica, deu-se à Procuradoria uma definição nova, limitando-a à sua função de defender, em juízo, os interesses do Estado.

Lei Delegada n.º 18: Autarquia a Administração do Pôrto de Vitória.

A Administração do Pôrto de Vitória, responsável pela gestão do Pôrto, em regime de concessão pelo Governo Federal, tornou-se um órgão de natureza autárquica, através da Lei Delegada n.º 18, colocando-a, em igualdade com as demais entidades do gênero. É que sua estrutura anterior discordava inteiramente da sistemática adotada por força da Reforma Administrativa e, com tal providência, sistematizou-se seu funcionamento mantendo-se, em princípio os mesmos órgãos, divisões e departamentos, que já compunham o seu organograma.

Lei Delegada n.º 19: Cria os cargos de Secretário Extraordinário.

Através dessa disposição legal, ensejou-se ao Executivo a oportunidade de complementar o quadro de seus auxiliares diretos, mediante a criação de cargos de Secretário Extraordinário, até o máximo de dois. Com isto, possibilita-se ao Executivo, o recrutamento de elementos especializados para o desempenho de tarefas específicas e que, pela sua natureza, não se enquadrariam dentro do quadro geral das demais Secretarias.

Lei Delegada n.º 20: Estrutura a Secretaria de Educação e Cultura, definindo a competência básica dos órgãos que a integram.

Na nova estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, além de proporcionar tratamento diverso à sua organização interna, no que concerne às divisões e suas especialidades, foram enumerados os órgãos de amplitude que passarão a integrar o seu conjunto. Dentre êsses ressaltamos: a Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (MOCCA) que desenvolverá, na área de educação primária, um plano gigantesco, mediante o qual, até 1970, ter-se-á promovido a erradicação de analfabetismo em considerável parcela de nossa população infantil, Fundação Cultural do Espírito Santo, congregando as associações de caráter cultural e a Fundação Educacional "Caboclo Bernardo", entidade destinada a promover educação integrada do menor, dirigindo-o, vocacionalmente, para obtenção de resultados mais positivos do que os que seriam atingidos simplesmente por um processo de alfabetização e ensino secundário.

Lei Delegada n.º 21: Institui a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

No cumprimento de dispositivo constitucional e em obediência a princípios constantes da Reforma Administrativa, quanto à política de pessoal, a Lei Delegada 21, criou o instituto de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, permitindo, assim, que servidores estaduais, com possibilidades maiores na empresa privada, possam se valer das mesmas, com redução do número de funcionários, já que a regu-

iamentação cogitará, sobremodo, de estabelecer êsses propósitos de economia.

Lei Delegada n.º 22: Define a estrutura dos Gabinetes de Secretários de Estado.

Com caráter disciplinador, a Lei Delegada 22 define a composição dos Gabinetes de Secretários de Estado no que concerne ao número e remuneração de seus integrantes.

Lei Delegada n.º 23: Estabelece a estrutura e define a competência básica dos órgãos integrativos da Governadoria do Estado.

Constituindo-se do Gabinete Civil e Gabinete Militar, na sua área imediata de ação, a Governadoria do Estado, através da Lei Delegada n.º 23, teve a competência daqueles órgãos idealmente definidas, distribuindo-se as tarefas respectivas e criando-se, como inovação: os Escritórios de Representação Estadual em outras unidades da Federação e o Serviço de Imprensa, destinado a promover a divulgação dos atos oficiais e estabelecer uma política de relações humanas com as classes representativas da opinião pública.

Lei Delegada n.º 24: Estabelece a estrutura e define a competência dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública.

Desmembrada da Secretaria do Interior e Justiça, a Secretaria de Segurança Pública decorreu da necessidade de se ampliar tão importante setor, dando-lhe configuração em moldes a atender, plenamente, suas finalidades e encargos. Entre outras inovações nela presentes, a Lei Delegada 24 cogita da criação da Escola de Polícia, a fim de que, por seu intermédio se possa promover a renovação de elementos especializados destinados a integrar seus quadros. Também o Trânsito, por força de legislação federal, teve tratamento especial e deverá se constituir em setor de especialização, seja na sua composição, seja nos métodos de sua atuação.

Lei Delegada n.º 25: Extingue o regime de remuneração, adota o sistema de prêmio-produtividade e extingue cargos na Secretaria da Fazenda.

A sistemática de remuneração até então vigente na Secretaria da Fazenda, ou seja, o regime de cotas de participação sobre a arrecadação, além de constituir processo pouco funcional, desatendia em tudo ao que se pudesse desejar em termos de boa política de pessoal. É que, desconsiderando motivos contributivos para o aumento de arrecadação, tais como desvalorização da moeda e aumento de alíquotas, a participação dos elementos fiscalizadores ocorria sem esforço real, desnaturando, até, a própria origem que motivara a adoção do sistema. Através da Lei Delegada 25, criou-se um sistema de prêmio-produtividade

vidade, mediante o qual aqueles que se esforçam têm uma justa compensação pelo esforço desenvolvido, seja qual for a sua situação funcional. Longe de ser um método de supressão de vantagens, é um método de valorização do trabalho, sem a injustificável discriminação de classes e, consequentemente, abolição de áreas privilegiadas.

Lei Delegada n.º 26: Estabelece a estrutura e define a competência básica da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça.

Como principal inovação da Secretaria que resultou do desmembramento da Secretaria do Interior e Justiça foi a submissão, à sua órbita, da Diretoria de Assistência aos Municípios que, anteriormente, compunha um Departamento autônomo. Também o setor de cartografia, pela sua vinculação, passou a integrar o conjunto da nova Secretaria, à qual competem as atividades relacionadas com a ordem jurídica e o estudo das questões legais.

Centro de Processamento de Dados

Com propósitos de atualização efetiva dos métodos de administração, cogitamos, para funcionamento no início do próximo exercício, da instalação de um moderno Centro de Processamento de Dados. Não poderíamos permanecer alheios às conquistas eletrônicas e a instalação de modernos computadores contribuirá decisivamente para a dinamização dos serviços públicos, com uma gama imensa de utilidade.

Daremos à constituição do Centro características de empreesa, mediante o que poderá ele atuar na esfera da empreesa privada, em moldes a se tornar rentável e auto-suficiente na cobertura do próprio custo.

III — ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

- a) Política de financiamento e crédito**
- b) Política de abastecimento**
- c) Política habitacional**
- d) Política de Produção**
- e) Saneamento Básico**
- f) Política de Incentivos Fiscais**
- g) Turismo**

O sub-desenvolvimento pode ser medido, na técnica dos especialistas, através de quarenta critérios diferentes. A começar pela distri-

buição de sua população, o Espírito Santo é sub-desenvolvido.

Segundo o Recenseamento de 64, publicado no Anuário Estatístico de 66, Ano XII, vol. 12, pág. 24, a população espiritosantense assim se distribuia:

Zona urbana	494.417
Zona rural	910.176

Mais de dois terços da população se dedicava, portanto, às atividades primárias de produção agrícola e extração vegetal.

A este quadro se somam outras indicações características desse estágio econômico. Possuindo 53 (cinquenta e três) municípios, sómente 38 (trinta e oito) deles tinham abastecimento de água em suas sedes e, destes, apenas 14 (catorze) distribuiam o líquido com o devido tratamento.

Não seria de espantar, portanto, os efeitos negativos da insuficiência de saneamento básico na saúde do capixaba, e isto explica a incidência de algumas endemias e o alto percentual de nati-mortos e de obituário até a idade de 1 (hum) ano.

A rede escolar, por sua vez, não tinha acompanhado o crescimento demográfico. Mais de 100.000 (cem mil) crianças, no grupo etário de 7 (sete) e 14 (catorze) anos, estavam sem escolas para o aprendizado primário.

No setor energético o Estado não tinha recursos para executar um plano Estadual de Eletrificação, por mais modesto que fosse. As duas grandes áreas de concessão no território capixaba estavam divididas entre a CCBFE, que passara ao controle acionário da Eletrobrás, e a ESCELSA, emprêsa estadual da qual também a emprêsa federal era acionista.

Das duas maiores emprêses de energia, cabia à ESCELSA a primazia da geração e à CCBFE a da distribuição, ficando ambas estranguladas na sua capacidade de expansão.

Disso resultava o retardamento do processo industrial, já que os investidores tinham o natural receio de instalar indústrias pela falta de perspectiva do aumento de fornecimento de energia.

A liberação de mão de obra tem sido, por outro lado, um processo de constante êxodo rural, levando o capixaba à procura de outras plagas ou a favelar as cidades mais próximas, gerando, por sua vez, o problema dos marginais urbanos.

Eis porque, diante desse quadro desanimador, era de maior urgência iniciar a montagem de uma estrutura destinada a iniciar o processo de desenvolvimento do Estado.

No setor agro-industrial, foi feito o levantamento das nossas potencialidades econômicas, mediante contratação dos serviços de uma equipe de alto gabarito.

Essa equipe executou um verdadeiro diagnóstico dos setores referentes à pecuária leiteira e de corte, silvicultura e indústria de madeira, que serviram de base aos vários projetos concluídos ou em vias de conclusão.

Era preciso, portanto, atacar ao mesmo tempo em todas as frentes e, por isso, foram traçados os programas que deveriam dar execução:

- a) à política de crédito e financiamento;
- b) à política de abastecimento;
- c) à política habitacional;
- d) à política de produção;
- e) ao saneamento básico;
- f) à política de incentivos fiscais;
- g) ao Turismo.

a) Política de crédito e financiamento

Ao Governador Rubens Rangel, com a nossa colaboração pessoal na elaboração do projeto, coube enviar à Assembléia Legislativa, pela mensagem de 20 de janeiro de 67, o projeto para a criação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, com o capital inicial de NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), com o objetivo prioritário de criar novas fontes de renda nas áreas de diversificação agrícola em que incidira a erradicação do café e, supletivamente, programar a industrialização dos setores primário e o secundário, mediante projetos, fomento e financiamento da iniciativa privada.

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), criada pela lei 2.279, começou a funcionar imediatamente. Em outubro, sentindo o Governo a necessidade de aumentar a sua participação acionária, até NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), enviou a Assembléia Legislativa a Mensagem 2.149, que foi convertida na Lei 2.320, de 26 de dezembro.

Como o Estado detém o seu controle acionário pela subscrição mínima de 51% das ações, a CODES teve aumentado de 8 vezes o seu capital inicial.

Passando à condição de agente financeiro do IBC/GERCA, a CODES ficou incumbida de promover a aplicação de recursos destinados a substituir a cultura cafeeira por outras, no Estado, dentro de um plano de diversificação agrícola, previamente estabelecido para o exercício de 1967, com os recursos de 11 bilhões de cruzeiros velhos.

Dando curso à sua finalidade, a CODES, já em meados do ano, assinava um convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, para atuar em conjunto com o órgão especializado daquela Emprêsa, visando a carrear, para o Espírito Santo, recursos do fundo desenvolvimento do Vale do Rio Doce.

Até o mês de fevereiro do corrente ano, a CODES recebeu um total de 88 solicitações de financiamento, que se encontravam nos seguintes estágios, naquela data:

Número de Projetos	Valor Financiamento
a) Projetos aprovados	11 NCr\$ 1.916.520,00
b) Em contratação	27 " 3.915.000,00

c) Em análise	23	"	3.765.000,00
d) Em elaboração	27	"	3.142.000,00
Total	88	NCr\$	12.738.520,00

Dos projetos aprovados, dois foram destinados a infra-estrutura, um beneficiando o DER-ES com um financiamento da ordem de NCr\$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil cruzeiros novos), para pavimentação de trechos das rodovias ES-4 e ES-6, e o outro favorecendo a vinte (20) Prefeituras Municipais para aquisição de motoniveladoras, em composição com o FINAME através do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

Como complementação à organização da CODES, criou-se a subsidiária CODES-CRED (Crédito, Financiamento e Investimento) sociedade financeira das mais necessárias ao processo de canalização de recursos para o Estado.

Constituída em outubro último, mas apenas regularizada em dezembro, com a obtenção da Carta Patente, a CODES-CRED tem por finalidade primordial valer-se de todos os mecanismos possíveis da lei de mercado de capitais e dos incentivos fiscais, para reter no Espírito Santo todas as poupanças que, normalmente, são evadidas para outras praças.

Representa, ainda, para o Estado, a possibilidade de atrair recursos de fundos especiais, como o FIPEME, FIMACO, FINEP, FINAME, FUNDECE, além de recursos internacionais, para aplicação específica no Estado.

A CODES já promoveu o seu credenciamento no BNH como agente financeiro do REINVEST, linha de crédito especial para produtores, distribuidores e transportadores de material de construção, com um teto de até NCr\$ 7,5 milhões de cruzeiros novos.

A criação, pois, da CODES-CRED foi medida das mais necessárias como complementação da infra-estrutura de apoio ao processo de desenvolvimento econômico que se tenta implantar no Estado.

Paralelamente à atuação da CODES, foi necessário dinamizar o estabelecimento estadual de crédito — Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo — que, por força de várias circunstâncias, deixara estagnar, no último decênio, a programação de crédito especializado, que fôra o motivo de sua criação.

Recuperado o seu conceito junto ao Banco Central e aumentado o seu capital para 1 bilhão e meio de cruzeiros novos, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo passou a entrosar-se com a política de crédito e financiamento do Estado através de sua carteira de crédito rural orientado e obteve credenciamento como Agente Financeiro do FINAME.

Nas várias linhas de crédito agrícola, durante o exercício de 67, o BCAES financiou o total de NCr\$ 3.246.945,42 (três milhões duzentos e quarenta e seis mil novecentos e quarenta e cinco cruzeiros novos e quarenta e dois centavos), graças a repasse conseguido no Banco Central, já que se encontravam esgotados os recursos prove-

nientes do empréstimo concedido pelo BID (Banco Internacional de Desenvolvimento).

b) Política de Abastecimento

A dizimação de nossos rebanhos, provocando a escassez da carne verde e a consequente elevação de preços, estava a ditar ao Governo, em favor das classes de menor poder aquisitivo, a criação de nova fonte de abastecimento.

A situação da atividade pesqueira no Estado tinha o sabor de amadorismo.

Faltava-lhe a infra-estrutura básica, e seus processos eram empíricos e rudimentares.

Nosso atraso nesse setor estava a reclamar a iniciativa do Poder Público não só para incrementar a captura e comercialização do pescado, como, também, para assentar as bases de sua futura industrialização.

Os estudos preliminares realizados por organizações diferentes (Cia. Vale do Rio Doce e SUDEPE) coincidiam com os que consegui obter antes mesmo de assumir o cargo, indicando amplas possibilidades para o Estado no setor da pesca.

Nossa proximidade com a região dos Abrolhos, das mais ricas nos chamados peixes de primeira, onde vão pescar as poderosas organizações sediadas na Guanabara; nossa vizinhança com o litoral do Rio de Janeiro, rico em sardinha e camarão; a circunstância de estar o Espírito Santo localizado na linha divisória das chamadas marés quentes e frias do norte e do sul; os rápidos e econômicos meios de transportes que temos para a Guanabara e os amplos mercados de Minas Gerais ao nosso alcance em excepcionais condições competitivas em virtude da bem organizada ferrovia da EFVM, sem falar na BR 262, tudo isto constituía indicações inquestionavelmente válidas no sentido de que o Estado pode vir a ter, na pesca, uma portentosa fonte de sustentação econômica. Ainda mais, o advento da legislação federal, instituindo incentivos fiscais para os investimentos no setor da pesca, significava a possibilidade de drenarmos, para investimentos locais, apreciáveis recursos de empresários capixabas que eram canalizados para o Nordeste através da SUDENE.

A criação e instalação da Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A., logo nos primeiros meses de administração significaram a prioridade que emprestamos ao importante problema e a nossa preocupação de aproveitar as declarações do impôsto de renda do exercício de 1966.

O projeto do entreposto de pesca que a Companhia submeteu à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão federal encarregado de ordenar e selecionar os investimentos nesse importante setor econômico, foi aprovado por unanimidade no colegiado daquela autarquia, totalizando investimentos de aproximadamente

600 milhões de cruzeiros novos. Além disto, a emprêsa subscreveu 40% do capital da Companhia de Pesca do Itabapoana, sediada no Município de Presidente Kennedy e que vai dedicar-se, com preferência, à captura e comercialização do camarão.

c) Política Habitacional

A par das medidas administrativas tendentes a sustar o êxodo rural era inadiável a adoção de uma política habitacional para minorar as condições de marginalização dos favelados.

A Grande Vitória, especialmente, veio a conhecer um processo de rápida favelização, tanto nos morros como nos mangais mais próximos do centro urbano.

Acusando um crescimento de 6% ao ano, segundo estimativa do DEE, a população da grande Vitória, compreendendo os municípios de Vila Velha e Cariacica, orçava por 280.000, em 1967.

Várias cidades do interior, como Colatina e Cachoeiro de Itamirim, também vinham apresentando elevado índice de crescimento, gerando os mesmos problemas.

A filosofia da política habitacional, que o Governo Revolucionário do saudoso Presidente Castelo Branco implantou no País, recusando as soluções paternalistas e demagógicas de outrora e fazendo despertar em cada cidadão a consciência de que o problema da casa própria só podia ser resolvido com a efetiva participação de cada interessado e que os investimentos nesse setor, feitos pelos órgãos federais, tinham de retornar, sem desvalorização, para que pudessem ser novamente aplicados; o êxito integral do esquema financeiro de sustentação do Banco Nacional de Habitação tudo demonstrava que, para o Espírito Santo, como de resto para todo o País, mas principalmente para nós, e aproveitamento, ao máximo, das linhas de financiamento do BNH, além do que significaria em termos sociais, ainda possibilitaria o desenvolvimento de nossa indústria de material para construção civil e a ampliação do mercado de mão de obra não especializada.

Para que o Governo pudesse coordenar uma política habitacional para o Estado, evitando o tumulto que resulta da ação desordenada de vários órgãos, entendemos melhor avisado, em lugar de criar uma companhia estadual, manter entendimentos amplamente coroados de êxito, com a Prefeitura Municipal de Vitória para transferir ao Estado o comando acionário COHAB-VT.

A necessidade dos estudos prévios para a constituição da COHAB-ES acarretou algum atraso na execução da política habitacional, que só foi praticamente iniciada no fim do exercício.

Tais estudos, todavia, deram ao novo órgão as condições para uma programação segura a ser executada em todo o território capixaba.

No ano de 67, só foi inaugurado o conjunto de Goiabeiras, iniciado pela extinta COHAB-VT, com 284 unidades ao custo total de NCr\$ 588.758,38 (quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinqüenta e oito cruzeiros novos e trinta e oito centavos).

No corrente exercício a programação de conjuntos residenciais está sendo distribuída entre 14 municípios, inclusive o da Capital, com 1.964 unidades, representando um investimento de NCr\$ 7.269.692,00 (sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e dois cruzeiros novos).

Para 1969 já estão programadas 2.520 unidades ao preço de NCr\$ 10.704.960,00 (dez milhões, setecentos e quatro mil e novecentos e sessenta cruzeiros novos), cobrindo mais 20 (vinte) municípios do interior do Estado.

O custo médio das unidades, aos preços correntes de 68 é estimado em NCr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros novos).

A colaboração das Prefeituras Municipais tem constituído fator de êxito na rapidez da execução das obras, tanto pela doação de terrenos, como pela participação no custeio de serviços de água e luz, quando os conjuntos estão fora do perímetro urbano.

A política habitacional da COHAB-ES está escalonada por critério de prioridades, inteiramente livre de injunções político-partidárias.

De sua programação referente ao corrente exercício, já foram entregues os conjuntos de Serra e Colatina, com 76 e 112 unidades, respectivamente. Em vias de conclusões se encontram os de Aracruz (64), Castelo (72) e Santa Maria de Jetibá (300). Em fase de concorrência pública, estão os de Colatina (104), Linhares (130), Goiabeiras (569) e São Gabriel (72).

d) Política de Produção

1. Energia Elétrica

Conforme foi acentuado, já, no início desta Mensagem, a carência de energia elétrica tem sido um dos fatores que vem travando o nosso processo de industrialização.

A divisão do território em duas grandes áreas de concessão atribuídas respectivamente à ESCELSA e à CCBFE estava a indicar a conveniência de sua fusão, por motivos de ordem técnica e finan-

ceira.

A estagnação das Empresas de Energia Elétrica havia levado o Governo Federal a desapropriar a CCBFE, que foi entregue ao controle administrativo e acionário da Eletrobrás, cuja política passou a ser ditada por critérios de caráter nacional.

Desconvinha, portanto, ao Estado insistir na orientação que deu origem à criação da ESCELSA, já que, entrosando-se com a política energética federal, os resultados seriam colhidos em menor prazo, em benefício da infra-estrutura de sua industrialização.

Dos entendimentos tidos com a direção da Eletrobrás ficaram assentadas as bases da fusão da nova ESCELSA, mediante assinatura de um protocolo, com a prévia autorização dessa Assembléia Legislativa (Lei 2.305, de 27.10.67).

Tendo em vista, porém, a existência de outras concessionárias de âmbito municipal, cuja capacidade de investimento não atendia à demanda existente, entrou o Governo do Estado em entendimentos com o grupo que detinha o controle administrativo da Empresa Fôrça e Luz Alegre-Veado e dela adquiriu as ações de sua propriedade (Lei 2.301, de 19.9.67), passando o Estado a constituir nova Diretoria e acionar a sua recuperação.

Por outro lado, observa-se que o Norte do Estado estava inteiramente entregue à sua própria sorte em matéria de energia elétrica.

A fusão das duas grandes empresas estaduais indicava a conveniência de antecipar a extensão da rede de energia elétrica ao Norte do Estado, de vez que já se vislumbrava, antes mesmo da conclusão da Usina de Mascarenhas, programada pela CCBFE, a possibilidade de atender àquela zona esquecida.

Iniciou, assim, o Governo do Estado, a construção da linha Colatinha — Nova Venécia, para posterior irradiação aos demais municípios do Norte.

Em fase de entendimentos também se encontra a possibilidade de suprimento, pela CEMIG, à EFI Alegre-Veado, através do município mineiro de Carangola, depois que esta empresa procedeu à sua recuperação técnica, reformando as suas linhas de transmissão e distribuição.

Tais foram, com inteiro apoio dessa Assembléia Legislativa, as soluções encontradas e postas em execução no setor energético.

2. Departamento Estadual de Rodagem (DER-ES)

Com 0,5% do território nacional, o Espírito Santo possuía em 66, em números redondos, cerca de 640 km de estradas federais, com menos da metade revestidas de pavimentação asfáltica e mais de 3.000 kms. de estradas estaduais, com pouco mais de 100 km pavimentados.

Das estradas-tronco federais, cujo traçado cruza o nosso território — BR 101, no sentido Norte e Sul, BR 262 no sentido Leste-Oeste — somente a primeira teve ritmo acelerado de construção, e, assim mesmo, limitada ao trecho Rio—Vitória.

Com a prioridade dada à BR 262 abre-se grande perspectiva de integração econômica do Pôrto e Zona Central do Estado com os Estados de Minas, Mato Grosso e sul de Goiás

A integração com o sul da Bahia já se esboça com a abertura ao tráfego de alguns trechos da BR 101

Tais fatos conduzem a programar as rodovias estaduais em função das estradas-tronco, com elas se entrosando como pequenos afluentes de dois grandes rios

No exercício de 67, o DER-ES despendeu cerca de NCr\$ 11.954.615,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e quinze cruzeiros novos), dos quais NCr\$ 7.275.513,00 (sete milhões, duzentos e setenta e cinco mil e quinhentos e treze cruzeiros novos), correspondem a obras públicas. Sua atuação pode ser ressaltada pelos seguintes ítems:

- a) projetos de 63,540 km de estradas estaduais;
- b) estudos de 121,300 km;
- c) estudos e execução de rodovias federais, por delegação do DNER;
- d) conclusão de 82,099 km de estradas;
- e) início de construção de 71,357 km;
- f) construção de várias obras de arte, com destaque da ponte a/Rio São Mateus, com 100 m de vão;
- g) pavimentação de 22,610 km de rodovias;
- h) construção de sua sede;
- i) conservação de estradas;

O custeio dos principais ítems acima enumerados se desdobra nas seguintes parcelas:

Em estudos e projetos	NCr\$	15.000,00
Em construção de estradas	"	2.591.013,00
Em obras de arte	"	149.439,00
Em pavimentação	"	551.785,00
Em seu edifício-séde	"	368.267,00

Com a colaboração do GEIPOT, foram feitos levantamentos estatísticos do tráfego das estradas estaduais nos meses de maio, junho, agosto e novembro de 67, para apurar o volume de trânsito (média diária e movimento semanal) com vistas a estabelecer o necessário critério de prioridade das tarefas do DER-ES para a criação de uma infra-estrutura que atenda à necessidade de desenvolvimento do Estado.

Atuando em nível estritamente técnico, sem injunções político-partidárias, e entrosado no Plano Rodoviário Federal, está o DER-ES capacitado a dar ao Estado as condições de transporte reclamadas pela produção agro-industrial do interior, que demanda os grandes mercados consumidores.

3. Pôrto de Vitória

A administração do Pôrto de Vitória foi inteiramente reestruturada pela Lei Delegada n. 18, de 16.11.67, ficando-lhe assegurada, como autarquia estadual, a necessária autonomia, que lhe permite maior celeridade nas decisões administrativas e de gestão financeira.

Como escoadouro natural da região econômica do vale do Rio Doce, notadamente para a exportação do minério e produtos siderúrgicos como para a importação de carvão vegetal, o Pôrto de Vitória tem tido necessidade de ampliar suas instalações para atender à sua crescente importância.

O complexo portuário de Vitória comprehende o cais de aconselhamento em ambos os lados da Baía, localizando-se em Paul o cais de carvão e o de minério e em Ponta do Tubarão o terminal oceânico de minério. Os cais de minérios são operados pela Cia. Vale do Rio Doce.

A carga manipulada pelo Pôrto durante o exercício de 67 atingiu 13.019.200 toneladas cabendo ao terminal de Tubarão, que opera exclusivamente com minério mais de 2/3 desse total, ou seja 8.768.829 toneladas, representando um acréscimo de mais de 2.000.000 toneladas sobre o ano de 66.

Dessa carga manipulada, o maior volume se deu no sentido de exportação, que lhe confirmou a posição de 3.º pôrto exportador do país. Além do minério, os três principais ítems de exportação se referem a produtos siderúrgicos, com 200.000 toneladas, em números redondos; café, com pouco mais de 74 mil toneladas, e ferro fundido, com 22 mil toneladas, em números redondos.

No sentido de importação, predominou o carvão metalúrgico,

com cerca de 400.000 toneladas, em números redondos, de procedência estrangeira, além de 150.000 toneladas, de procedência nacional. Coube a combustíveis (óleo diesel e fuel) o segundo ítem de volume de carga no sentido de importação, com o total de mais de 250.000 toneladas. Computada em separado, a gasolina figurou com o total de 133.000 toneladas, em números redondos.

Os principais produtos agrícolas importados foram o trigo em grão, com 18.000 toneladas, de procedência estrangeira, e o arroz, com 3.000 toneladas em números redondos.

A exportação pelo Pôrto de Vitória, em térmos de volume de carga é da ordem de dez vezes o volume de importação.

As receitas do Pôrto alcançaram a cifra de NCr\$ 8.411.675,48 (oito milhões, quatrocentos e onze mil e seiscentos e setenta e cinco cruzeiros novos e quarenta e oito centavos), da qual, NCr\$ 7.096.013,94 (sete milhões, noventa e seis mil, treze cruzeiros novos e noventa e quatro centavos), traduzem renda orçamentária de tarifas e outros ítems menores, e NCr\$ 1.315.661,54 (hum milhão, trezentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e hum cruzeiros novos e cinquenta e quatro centavos), constituem recebimentos extra orçamentários.

Esses elementos globais atestam a capacidade operacional do Pôrto e justificam o esforço para seu reequipamento e ampliação, levada a efeito mediante aquisição e emprêgo de vários equipamentos, dos quais se destacam três empilhadeiras de 22.000 lbs., adquiridas à conta da taxa portuária de melhoramentos, além de três guindastes auto-propulsores sobre pneumáticos, com capacidade de 15, 20 e 30 toneladas respectivamente, pelo custo total de NCr\$ 280.587,57 (duzentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e sete cruzeiros novos e cinquenta e sete centavos).

O Departamento de Engenharia do Pôrto executou vários estudos e projetos de grande alcance, dentre os quais é de se destacar a sondagem hidrográfica para o projeto de urbanização da Ilha do Príncipe.

Em relação ao movimento de navios acostados ao cais do Pôrto, verificou-se um total de 996 (novecentos e noventa e seis) unidades, assim distribuídas:

Para minério no Pôrto de Vitória	150
Para minério no Pôrto do Tubarão	194
Para operações diversas	652
Total	996

A expansão do Pôrto de Vitória é, portanto, uma realidade e sua programação está assentada em bases sólidas, que lhe dão garantia de servir às suas finalidades em condições operacionais de reduzido custo e elevada rentabilidade.

e) Saneamento Básico

O saneamento básico é a infra-estrutura de qualquer programa médico-sanitário.

Sem abastecimento de água convenientemente tratada não se pode melhorar o quadro nosológico das populações do interior, cuja situação, por sinal, é agravada por outras condições de natureza econômica e cultural.

Por essas razões é que o nível de saúde do capixaba é praticamente igual ao do nordestino.

O programa de instalação de serviço de abastecimento de água vem sendo feito ao sabor de improvisações pelas administrações locais. Com exceção dos sistemas executados em convênio com o SESP, os demais existentes são tecnicamente precários.

A própria capital do Estado, que solucionou o seu problema de água, teve estacionada a sua rede de esgotos, gerando consequências de suma gravidade.

A solução do problema de Saneamento Básico teria, assim, de ser equacionada em termos de abranger todo o território do Estado.

Para isto, foi constituída pela Lei 2.282, de 08.02.67, a Cia. Espíritossantense de Saneamento (CESAN) sociedade de economia mista, que absorveu o acervo do extinto Departamento de Água e Esgotos (DAE).

Além de outros recursos, a nova emprêsa passou a contar, a partir do presente exercício, com 2% da receita tributária do Estado, destinado ao Fundo de Saneamento.

Durante o exercício de 67, a CESAN desenvolveu importantes atividades no setor de manutenção, operação e exploração do sistema de abastecimento de água da grande Vitória, passando a atuar, depois de constituída, nos municípios de São Gabriel da Palha, Castelo, Guaraíri e Conceição da Barra.

Em relação a grande Vitória, que é sua área de concessão, a Cia. de Saneamento do Espírito Santo não pôde levar a término todas as obras projetadas, mas executou os reforços e ampliação de

rêdes de distribuição mais urgentes, de modo a garantir o abastecimento e a coleta de esgôto

Para garantia do abastecimento, foi feita a ampliação de capacidade de Estação de tratamento de Cobi de 440 L/SEG., para 880 L/SEG.

O DAE concluiu ainda em 1967 as obras previstas nos convênios firmados com a COHAB-VT e COOPHAB-ES, respectivamente sistema de abastecimento da Vila Solon Borges, com extensão de 7.469 m. e rôdes de distribuição dos Bairros de Fradinhos, Santa Inês e Alecrim, com extensão total de 2.949 m.

Com a UFES, IPAJM e Prefeitura Municipal de Iúna foram assinados convênios visando, o primeiro, à obtenção de financiamento para construção de adutora destinada parcialmente a cidade Universitária, em Goiabeiras, e os demais, obras no conjunto residencial do Bairro da Toca e no Distrito de Pequiá, respectivamente.

Com o objetivo de elaborar o plano de aplicação dos recursos provenientes do FUCAN, foi iniciada em outubro de 1967 a elaboração de Estudos Preliminares para a execução de serviços de abastecimento de água em 28 (vinte e oito) municípios do interior do Estado.

f) Política de Incentivos Fiscais

Excluido das áreas de tratamento privilegiado posto em prática pelo Governo Federal através da SUDENE, SUDAM e outros órgãos regionais, o Espírito Santo teria de adotar um sistema que impedissem pelo menos que os seus recursos de poupança continuassem atraídos pelas excepcionais condições oferecidas por outros Estados.

Nesse sentido não fêz nada mais, aliás, do que adotar a própria política dos Estados vizinhos, preservando as características próprias.

A política de incentivo fiscal até então vigente era a da mai-sinada isenção, fixada inicialmente por um quinquênio e que por leis de exceção passou a dilatar-se, em casos notórios, pelo prazo de até 20 (vinte) anos.

A legislação revolucionária, em boa hora, reservou à União a faculdade de conceder isenções totais, admitida apenas a política de incentivos fiscais.

As isenções concedidas às atividades industriais pioneiras só alcançaram no Espírito Santo o efeito multiplicador de empregos. e

isto mesmo, em alguns poucos estabelecimentos fabrís. Por outro lado, tais favores não davam ao consumidor a vantagem representada pelo valor do impôsto não recolhido.

A nova política de incentivos fiscais foi a consubstanciada pela lei n. 2.313, de 19.12.67, que fixou em 50% a redução do ICM para as novas indústrias que se instalarem no Estado no período de 67 a 70, desde que o investimento realizado em sua instalação seja igual ou superior a 5.000 salários mínimos regionais.

Em relação às indústrias que tiveram revogadas as isenções de que gozavam no regime do IVC, foi-lhes facultado requerer o mesmo tratamento, pelo prazo restante do favor legal revogado, até ao limite de 5 (cinco) anos.

Além de redução da alíquota de ICM, as indústrias compreendidas nas condições dêsse diploma legal poderão ainda ser favorecidas com uma bonificação de produtividade e redução percentual do impôsto, tendo em vista o dispêndio com energia industrial.

Tais foram as excepcionais condições propiciadas ao investidor interno e suscetíveis de atrair os investidores de outros Estados para acelerar o nosso processo de industrialização.

Completando as medidas tomadas no setor de transportes, a cargo do DER-ES, e de energia elétrica, a cargo principalmente da nova ESCELSA, a nova lei de estímulos fiscais constitui uma das peças de maior sustentação para a demarragem do nosso desenvolvimento.

g) Turismo

A criação, no plano federal, da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), incumbida de executar a Política Nacional do Turismo, estava a exigir a nossa iniciativa no âmbito estadual, que foi consubstanciada pela Lei de Reforma Administrativa e estruturada pela Lei Delegada n. 7, de 9.11.67.

Dotado de excepcionais condições e já possuindo uma infraestrutura, embora modesta, para fomento dessa indústria, o Espírito Santo não poderia retardar a criação da sua emprêsa estadual — a EMCATUR — para executar sua Política Estadual de Turismo.

Já é fato conhecido a atração turística de nossas praias, notadamente a de Guarapari, recomendada como processo de climatoterapia, por efeito da radioatividade de suas areias.

A Lagôa de Juparanã também é outro ponto previsto para roteiro turístico, além de campo já utilizado para pesquisas biológicas.

Nossa Capital, por outro lado, e alguns municípios próximos como Santa Teresa e Nova Almeida, são outros atrativos turísticos de primeira ordem, capazes de colocar o Estado no primeiro plano dos grandes roteiros de turismo nacional.

Para fomento das atividades privadas ligadas ao turismo, a Lei Delegada n. 7, dotou o Poder Executivo de poderes para conceder incentivos fiscais.

Com a facilidade de acesso representada pela BR—262, o fluxo turístico interno, procedente de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, terá inevitavelmente acelerado incremento, justificando por todos os títulos a iniciativa de criação da EMCATUR, cuja diretoria foi empossada no corrente exercício.

IV — OBRAS E INVESTIMENTOS

Departamento de Edificações e Obras (DEO)

Com a extinção da Secretaria de Viação e Obras Públidas, passou a caber ao DEO — Departamento de Edificações e Obras — dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira (art. 72 da Lei 2.296) a responsabilidade pelos projetos, construções, conservação, reformas e ampliações dos prédios estaduais.

O novo órgão, estruturado pela Lei Delegada n. 2, de 29.09.67, foi dotado da necessária versatilidade e capacidade de movimentação para atender à programação de obras do Estado, com eliminação do tumulto e confusão administrativa que tinha marcado a existência da extinta SVOP.

Sua primeira tarefa preliminar foi fazer um levantamento das obras paralisadas em todo o Estado, que se deterioravam ao tempo, por falta de registros de seu andamento ou por irregularidades e omissões nos respectivos processos.

Com os recursos que lhe foram transferidos da Secretaria extinta, o DEO iniciou suas atividades no segundo semestre do ano passado, passando a comandar o setor de obras do Estado.

Sua atuação mais notória pode ser avaliada através da execução de 15 (quinze) convênios, pactuados com Prefeituras e particulares, para a recuperação de 15 (quinze) unidades escolares, no valor total de NCr\$ 152.393,64 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e três cruzeiros novos e sessenta e quatro centavos).

Efetuou reparos em mais de duas dezenas de imóveis de diversas Secretarias e acionou a construção de várias obras, dentre as quais merecem destaque especial o super-mercado da Vila Rubim, em Vitória, e o Ginásio João Bley, em Castelo.

A par disso, regularizou inúmeros processos de responsabilidade da extinta SVOP, realizando dispêndio total de NCr\$ 2.116.319,00 (dois milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e dezenove cruzeiros novos).

Instalado provisoriamente em Bento Ferreira, o DEO está em condições de atender às suas finalidades.

2. Investimentos

As dificuldades orçamentárias do exercício de 67, tal como foram expostas na parte inicial desta Mensagem, não permitiram concluir tôdas as obras programadas.

Por ocasião do primeiro aniversário da nossa administração, tivemos ensejo, entretanto, de proceder a um programa de inaugurações de obras de variados portes, situados nas mais diversas localidades do Estado.

Menos pela sua importância do que pela significação das novas diretrizes adotadas no setor de obras e investimentos, abaixo vão relacionadas as obras inauguradas no transcurso do primeiro ano do Governo:

Em Vitória:

Inauguração das ampliações do Departamento Estadual de Estatística. Inauguração da garagem do DEO Serviço de melhoramentos, Pôsto de lavagem e lubrificação. Inauguração da reforma do Parque Infantil "Ernestina Pessôa". Inauguração do Grupo Escolar do Núcleo Residencial "Solon Borges", em Goiabeiras; Grupo Escolar "Alberto de Almeida", em Santo Antonio. Inauguração da sede do D.E.R.

Em Vila Velha:

Grupo Escolar "Guilherme Santos"; Grupo Escolar do bairro Santa Rita de Cássia; Grupo Escolar do Bairro Soteco.

Em Cariacica:

Inauguração das ampliações do Grupo Escolar "Stélida Dias", em Campo Grande.

Em Colatina:

Inauguração do Ginásio de São Silvano e instalação da maquinaria da Oficina de Técnicas Agrícolas do Ginásio Orientado para o Trabalho. Inauguração da Escola Singular Independência. Inaugura-

ção da Escola Singular Santo Antônio do Mutum. Inauguração da Escola Singular Córrego Santa Cecília. Inauguração do Pavilhão de Artes — anexo do Grupo Escolar “Carolina Pickler”. Reforma das Escolas Reunidas de Padre Luiz da Grã, no distrito de Patrão-Mór. Reforma e Ampliação do Grupo Escolar “Ananias Netto”, de Mari-lândia. Inauguração das 112 (cento e doze) casas da COHAB.

Em Castelo:

Inauguração do Pavilhão de Artes Industriais — anexo ao Ginásio João Bley e da instalação do equipamento da sala ambiente de Economia Doméstica-Educação para o lar, no mesmo Ginásio. Pavimentação asfáltica da Estrada Coutinho—Castelo.

Em Alegre:

Inauguração da pavimentação do trecho Ribe—Alegre, da Rodovia Cachoeiro—Alegre—Guaçuí. Início das obras da linha de transmissão Alegre—Guaçuí, da Emprêsa Luz e Fôrça Alegre—Veadó. Inauguração das instalações da sede da Emprêsa Luz e Fôrça Alegre—Veadó.

Em Fundão:

Escola de Aplicação.

Em Domingos Martins:

Inauguração da Escola Singular de Melgacinho. Inauguração da Escola Singular de Melgaço.

Em Guaçuí:

Terraplenagem da Estrada Prata ES—4. Inauguração do Colégio Estadual de Guaçuí.

Em Dóres do Rio Preto:

Grupo Escolar Jonas Montenegro.

Em São José do Calçado:

Inauguração da Escola Palmital. Serviço de terraplenagem e início de pavimentação da Estrada Calçado—Bom Jesus do Norte.

Em Bom Jesus do Norte:

Início das obras da agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

Em Mimoso do Sul:

Estrada Ponte do Itabapoana (Divisa com o Estado do Rio) na Rodovia Bom Jesus—Apiaçá, BR 101. Inauguração das ampliações do Ginásio “Monsenhor Elias Tomasi”. Inauguração da Escola Sossêgo. Inauguração da Escola Vista Alegre. Inauguração do Pavilhão de Artes — anexo ao Ginásio “Monsenhor Elias Tomasi”. Inauguração do Pavilhão de Artes — anexo ao Grupo Escolar “Monteiro da Silva”.

Em Itaguaçu:

Inauguração da Escola de Aplicação. Inauguração das ampliações do Grupo Escolar “Thiers Veloso”.

Em Afonso Cláudio:

Inauguração das ampliações e reforma do Grupo Escolar “José Cupertino”. Instalação da maquinaria e inauguração do Pavilhão de Técnicas Agrícolas, do Ginásio Orientado para o Trabalho.

Em Santa Teresa:

Inauguração da Escola Singular “Cinco de Novembro”

3. Urbanização da Ilha do Príncipe

Pelo decreto n. 2.448, de 11.05.67, foi constituído um grupo de trabalho para elaborar os estudos e projetos tendentes a criar espaços novos no centro urbano.

A solução indicada foi a urbanização da Ilha do Príncipe, com a recuperação de mangais, por meio de enrocamento e atêrro pelo processo de dragagem do canal da baía.

Com a colaboração do Pôrto de Vitória e de outros órgãos técnicos, o Grupo de trabalho se desincumbiu de suas tarefas em tempo útil e foram confeccionados os necessários projetos de urbanização.

No corrente exercício foram iniciados os serviços de enrocamento.

A área a ser recuperada corresponde a três vezes a da Esplanada Capixaba, executada na Administração Santos Neves, há cerca de 20 (vinte) anos atrás.

V — EDUCAÇÃO E CULTURA

O índice de crescimento demográfico do Espírito Santo, estimado em 4% (quatro por cento) ao ano, é superior ao da média verificada no País.

Este fato, cujas causas derivam da alta natalidade e da imigração interna procedente dos Estados vizinhos, implica necessariamente em gigantesco esforço para manter o sistema educacional apto a atender à demanda escolar, sobretudo nos níveis de ensino primário e secundário.

Ensino Primário:

O ensino primário visa ao atendimento da faixa etária de 7 (sete) a 11 (onze) anos, em currículo de 4 (quatro) séries anuais, cabendo aos cursos supletivos, normalmente realizados à noite, absorverem os adultos e os escolares que excedem a idade limite de 13 (treze) anos.

Ao Poder Estadual tem sido reservado, no Espírito Santo, o maior ônus para a solução do problema de ensino primário, conforme se pode verificar do seguinte quadro demonstrativo, referente a 65:

N.º de Unidades escolares	N.º de matrículas
Públicas Estaduais	2.987
Públicas Municipais	553
Particulares	90
—	—
TOTAIS	3.630
	—
	209.841

Tendo em vista, ainda, o baixo índice de aproveitamento escolar, refletido pela percentagem média de 23% (vinte e três por cento) de aprovações, derivada de baixa qualidade do ensino ministrado e de outros fatores sócio-culturais, sanitários e econômicos, ter-se-á o quadro das dificuldades a remover no setor do ensino primário, para dotar o Estado de uma rede à altura de suas necessidades.

Para uma população escolar estimada, em números redondos, em 320.000, havia em 67, apenas, e também em números redondos, cerca de 200.000 matrículas escolares, com um déficit de mais de 100 mil matrículas.

O problema ainda mais se agravava tendo em vista que, para uma eficiente reorganização do sistema escolar, se tornava necessário eliminar ou pelo menos reduzir a alta percentagem (73%) de escolas que vêm funcionando em 3 (três) ou mais turnos.

Em outros termos: o próprio crescimento vegetativo do sistema já estava em descompasso com o acréscimo da procura de escolas;

Era essa a situação crítica da rede primária estadual, que requeria:

- a) novas unidades para reduzir o número de turnos;
- b) novas unidades para atender ao crescimento vegetativo;
- c) novas unidades para recuperar a faixa não escolarizada.

Equacionando o problema, verificou-se a necessidade de, pelo menos, colocar em funcionamento, até 1.970, cerca de 3.187 classes, para atender ao mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) da população escolarizável, na faixa etária de 7 (sete) a 14 (catorze) anos.

O ponto de partida da atuação nesse importante setor teria de ser, como foi, a recuperação do próprio conceito da Secretaria de Educação e Cultura junto aos órgãos do Ministério de Educação e Cultura, regularizando as prestações de contas de verbas e convênios federais que se encontravam atrasados ou irregulares.

Este fato pode ser comprovado pelas liberações de verbas, em 67, das seguintes parcelas:

1)	Fundo Nacional do Ensino Primário/65	NCr\$	125.200,00
2)	Fundo Nacional do Ensino Primário/66	NCr\$	246.400,00
3)	Fundo Nacional do Ensino Primário/67	NCr\$	325.645,00

Gracas à regularização dos processos anteriores, ficou também à S.E.C. assegurado o direito de receber, no corrente exercício, o saldo de verbas, referente a 67, de NCr\$ 324.873,24 (trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e três cruzeiros novos e vinte e quatro centavos).

Com tais recursos, acrescidos de outros, foi possível à Secretaria de Educação e Cultura iniciar a construção de cerca de 395 salas, distribuídas em 42 municípios do Estado e destinadas em sua maior parte ao ensino primário.

MOCCA:

A solução do problema do ensino primário não poderia, evidentemente, ficar adstrita à fórmula convencional, tendo em vista, sobretudo, a carga excessiva já suportada pelo Estado, em confronto com os municípios e a iniciativa particular.

Era preciso um esforço suplementar, para o qual se deveria contar com a colaboração da própria comunidade.

Foi por isso deflagrado, logo no início de 67, o movimento representado pela sigla MOCCA — Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo, com estrutura apropriada a motivar o interesse e o apoio dos grupos sociais dispostos a cooperar para o bem comum.

A MOCCA iniciou as suas atividades por um levantamento censitário para fixar a sua linha de atuação prioritária.

Um dos seus objetivos principais é o de reduzir, até 1970, a 30% (trinta por cento), a percentagem de adultos analfabetos.

No início do corrente exercício, o número de matrículas da MOCCA atingiu a 21.000.

Ensino Médio:

O retrato esboçado para o setor do ensino primário é, praticamente, o mesmo do ensino médio, traduzido tanto pela precariedade de instalações físicas e insuficiência do corpo docente, como pelo uso simultâneo da rede escolar, em prejuízo do rendimentos de ambos os setores.

Havia, em 67, no Espírito Santo, cerca de 151 estabelecimentos de ensino médio, assim distribuídos:

Réde Particular	Réde Pública
GNEG	14
Entidades religiosas..	26
Entidades Privadas ..	56
—	—
96	55

A rede de ensino médio do Estado se distribuia pelos seguintes ramos e ciclos didáticos:

- 1) Ensino ginásial secundário
- 2) Ensino colegial secundário
- 3) Ensino colegial normal
- 4) Ensino ginásial agrícola
- 5) Ensino colegial agrícola

Em 1967, das 48 escolas de ensino médio oficial, 24 mantinham o ginásial secundário; 14, o ginásial secundário cumulativamente com o colegial normal; 2, o colegial secundário; 7, o ginásial secundário, colegial secundário e o colegial normal, e, apenas 1 o colegial normal.

Há, como se vê, predominância do ensino secundário e normal públicos, cujas matrículas são a seguir discriminadas:

1) Pelos ramos:

Ensino secundário	21.342
Ensino normal	2.920
	24.262

2) Pelos ciclos:

Ensino ginásial	18.844
Ensino colegial	5.408
	24.252

Verifica-se, por outro lado que, pela pressão de fatores de natureza econômica, o volume do ensino médio público está em constante ascensão, com tendência a suplantar, a médio prazo, a rede particular do mesmo setor.

A solução do problema do ensino médio, pela demanda crescente, é da mesma proporção, como já foi acentuado, da que apresenta o ensino primário.

A alternativa encontrada no setor foi a de fomentar os currículos orientados para o trabalho, além de providenciar a construção de novas unidades físicas para o crescimento vegetativo do sistema.

Na área federal, a S.E.C. cuidou inicialmente de liberar as verbas retidas, conforme se verifica do seguinte demonstrativo:

1) Fundo Nacional do Ensino Médio/65	NCr\$	125.300,00
2) Fundo Nacional do Ensino Médio/66	NCr\$	276.000,00
3) Fundo Nacional do Ensino Médio/67	NCr\$	284.238,00

Com a liberação desses recursos e de outras quotas federais, foi possível não só manter o custeio do sistema em nível razoável, como igualmente dar novas instalações a cerca de 6 ginásios, com 56 salas de aulas e a 3 Escolas de Aplicação, com 13 salas de aulas.

Junto ao Ministério da Educação e Cultura o Estado se candidatou a participar do convênio para a construção de 38 ginásios orientados para o trabalho (Convênio MEC-USAID).

Distribuição de Equipamentos:

As várias unidades de ensino médio e ao ensino primário do Estado foram distribuídos, em 67, os seguintes equipamentos:

Carteiras duplas	22.257
Carteiras individuais, mesas e cadeiras	7.453
Diafilmes	210 coleções
Projetores	217
Laboratórios de Ciências	1
Conjuntos completos de Ciências	12
Kits	12
Filme Sonoro	1
Duplicadores a álcool	22
Piano	1
Carimbos didáticos	1.200 coleções
Giz branco	106.838 caixas
Livros de Classe	25.000
Coleções de Corpo Humano 22x30 70x100	5.000 coleções 255 coleções
Atlas Pedagógico	150
Globos	36
Mapas	210
Quadros Murais	30 coleções
Sólidos geométricos	30 coleções
Material de desenho	30 salas
Bibliotecas COLTED, em convênio com MEC:	
Distribuídas ao Ensino Primário	306
Distribuídas ao Ensino Secundário	45

Projetos:

Além do projeto destinado à participação do convênio MEC—USAID, foi elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura o levantamento do plano de ensino médio, em cujas metas foi previsto que, para um total de 77.000 matrículas, em 1971, 50.000 deverão ser providas pela rede pública oficial, com predominância dos ginásios orientados para o trabalho.

No setor primário, foi submetido ao Exmo. Presidente da República o projeto que visa a atender, até 1970, à necessidade de instalar 3.187 novas salas de aulas, com respectivo equipamento, ao custo global de NCr\$ 12.375.714,00 (doze milhões, trezentos e setenta e cinco mil e setecentos e catorze cruzeiros novos), para o qual, em números redondos, o Estado se dispõe a investir cerca de 25% (vinte e cinco por cento).

Durante o exercício de 67, foram distribuídas 11 oficinas de técnicas, na execução do programa de transformação dos ginásios tradicionais em ginásios orientados para o trabalho.

Com as novas diretrizes impostas à S.E.C., o Espírito Santo poderá coiçar-se, até 1970, à altura dos níveis já atingidos por outros Estados da Federação, desde que não lhe faltem o apoio dos órgãos federais e a participação ativa da comunidade a que pretende servir nesse importante setor que é, em última análise, o dispositivo de base para qualquer programa de Desenvolvimento.

VI — AGRICULTURA

A Secretaria da Agricultura, inteiramente reestruturada pela Lei Delegada n. 5, de 16.10.67, tem a seu cargo a execução e coordenação da política agropecuária, florestal, do abastecimento estadual e do desenvolvimento rural.

De acordo com a nova estrutura, que lhe foi atribuída no contexto da Reforma Administrativa, a Secretaria de Agricultura passou a ter, além das assessorias técnicas, os seguintes órgãos centrais:

1. Divisão de Experimentação e Pesquisa;
2. Divisão de Promoção e Produção;
3. Divisão de Economia Rural;
4. Divisão de Recursos Naturais Renováveis.

Como órgãos descentralizados integram a nova Secretaria os seguintes:

1. Departamento de Mecanização Agrícola;
2. Departamento de Terras e Colonização;
3. Cia. de Fomento Agro-Industrial;
4. Cia. de Armazéns e Silos do Espírito Santo.

Completando a sua estrutura básica, a Lei Delegada n.º 5, criou, como órgão colegiado, o Conselho Estadual de Política Agropecuária (CEPA).

Com essa nova estrutura, a Secretaria de Agricultura está aparelhada tecnicamente a desempenhar suas importantes atribuições, tendo em vista, sobretudo, a circunstância de ser predominantemente agrícola a economia capixaba.

Durante o exercício de 67 já se pôde observar a dinamização desse setor no quadro geral da Administração Pública. Aí estão, atestando a afirmativa, o melhoramento dos rebanhos de gado de corte, de leite, melhoria de café, dinamização do sistema cooperativista, da pomicultura, da apicultura, dos serviços de defesa sanitária animal, da implantação da rizicultura, campos de cooperação para a produção de sementes selecionadas, dos serviços de aberturas de estradas, sistematização de terrenos a cargo das Patrulhas Mecanizadas, venda de insumos, agro-indústria (laticínios, mandiocas, milho, etc.), laboratório

para a produção de vacinas e análises clínicas, laboratório para análise de sementes e solos, realização de exposições agro-pecuárias para a avaliação de resultados, tudo isso, na sua totalidade, com recursos do próprio Estado.

A desconcentração das atividades da Secretaria da Agricultura, com a criação do DERMAG, COFAI e o Departamento de Terras há de dar nova dimensão àquela Pasta.

Como órgão coordenador da política agrícola do Estado, a nova Secretaria da Agricultura já elaborou um plano trienal que, respeitadas as limitações financeiras, irá desenvolver uma série de projetos básicos capaz de permitir um desenvolvimento integrado do nosso meio rural.

Visa a uma infra-estrutura que irá criar condições indispensáveis à reformulação dos métodos em uso e a execução dos projetos capazes de promover o verdadeiro desenvolvimento da agricultura.

Sua execução envolve a participação de vários órgãos, alguns estranhos à Administração Estadual, o que irá exigir acordos, convênios e entendimentos com dirigentes do Governo Federal e Autarquias.

A diretriz traçada na confecção desse Plano obedeceu aos seguintes critérios:

- a) Projetos de infra-estrutura e pré-investimento, compreendendo cartas de solos; levantamento aero-fotogramétrico; estradas vicinais e preparo de solos; legitimação das propriedades agrícolas; construção da sede própria da Secretaria e construção do Laboratório de análise de sementes, fitopatologia e entomologia;
- b) Projetos de Agricultura, tais como renovação das lavouras cafeeiras; implantação da rizicultura tecnificada; viti-vinicultura e pomicultura, além do fomento de campos de cooperação para produção de sementes;
- c) Projetos de pecuária para o desenvolvimento da pecuária de corte; nova estruturação dos serviços de Defesa Sanitária Animal; elaboração do projeto de Defesa Sanitária Animal, visando especialmente ao controle da febre aftosa, raiva, brucelose e mineralização do gado; e, finalmente,
- d) Projeto objetivando a dinamização da comercialização agrocola através do sistema cooperativo, como a revenda de material agro-pecuário.

Temos além desses projetos vários outros em exame nos diversos órgãos federais, todos objetivando o carreamento de recursos técnicos e

a ajuda financeira para nossa debilitada economia rural.

Outro aspecto que vale destacar no âmbito da política agrícola — a nova Lei de Terras — que irá propiciar ao nosso lavrador a segurança indispensável às suas transações, eis que o velho texto legal que regulava a propriedade agrícola, neste Estado, não mais condizia com a realidade, mercê da evolução agrária e graças às distorções sofridas ao longo do tempo.

As atividades desenvolvidas, em 67, pelas diversas Divisões da Secretaria da Agricultura foram, resumidamente, as seguintes:

Divisão de Experimentação e Pesquisas

1 — Fazenda Experimental de criação de Monte Líbano

Realizou trabalhos de seleção de gado Gir e Guzerá, com fins leiteiros.

Conta a Fazenda com 272 bovinos, sendo 58 machos e 214 fêmeas das raças Gir, Guzerá, Nelore e Mestiços.

O controle de produção leiteira realizado durante o ano de 1967, com 20 vacas Gir e 20 vacas Guzerá deu o seguinte resultado:

GIR:

Número de vacas	20
Dias de lactação	333
Kg. leite produzido	1.786
Média Kg./vaca/dia	5.365

GUZERA:

Número de vacas	20
Dias de lactação	328
Kg. leite produzido	1.929
Média Kg./vaca/dia	5.880

2 — Pôsto Zootécnico de São Mateus

Essa unidade da Divisão de Experimentação e Pesquisas estava carecendo de reorganização geral visando à melhoria das condições de alimentação e à reforma de instalações para gado bovino e suíno. Com a recente nomeação de um agrônomo para administrá-lo, já foram ensejados os trabalhos com essa finalidade.

A especialidade do Pôsto Zootécnico é a Seleção de gado Nelore visando à melhoria dos índices de precocidade e fertilidade. Esses trabalhos serão incentivados no corrente ano.

Outro trabalho desenvolvido no ano de 1967, foi o de seleção e multiplicação de suínos tipo carne (principalmente de raça Duroc-Jersey) para substituição do porco comum naquela região.

O Pôsto realizou o fornecimento de mudas e sementes de forrageiras e venda de reprodutores Nelore e de porcos Duroc-Jersey.

O rebanho do Pôsto Zootécnico é constituído de 128 bovinos da raça Nelore (28 machos e 100 fêmeas), 31 reprodutores suínos da raça Pirapitinga (10 machos e 11 fêmeas) e 5 reprodutores Duroc-Jersey (1 macho e 4 fêmeas).

3 — Estação de Fruticultura Tropical em Viana

Em 1967 a Estação sofreu transformações radicais obedecendo à evolução normal da tecnologia de produção. Foi organizado um pomar de matrizes de clones novos para fornecimento de borbulhas a viveiristas da região e uso da própria estação. Para isso, após contatos mantidos com estações experimentais do Rio de Janeiro e São Paulo foram recebidas diversas remessas de borbulhas. Os resultados desses trabalhos serão obtidos no decorrer de 1968, quando se espera atingir a produção de 30.000 mudas de clones novos para atendimento de viveiristas para renovação de seus pomares de matrizes velhas, praguejadas e infecionadas com doenças cítricas severas. O convênio com a USAID prevê a aplicação de recursos neste setor no decorrer do ano de 1968.

4 — Estação Fruticultura de Santa Maria de Jetibá

Não foi possível manter uma atuação direta por parte da administração central, mas apesar disso, o responsável pelos serviços daquela Estação desenvolveu os seus trabalhos com resultados satisfatórios na produção de mudas de fruteiras de clima temperado.

5 — Estação de Viti-Fruticultura “Mendes da Fonseca”

Foram realizados trabalhos de experimentação com variedades de pessegueiros, videiras, oliveiras e outras espécies de maior interesse econômico dentro do campo de fruticultura de clima temperado apurando-se resultados que vêm ao encontro dos anseios dos agricultores e do interesse da economia regional.

Ensaios de competições de variedades e linhagens de batatinhas foram realizados dentro do programa estabelecido para essa cultura.

Visando a obter dados sobre a vinicultura na região testando-se castas selecionadas de videiras para obtenção de vinhos de alta qualidade, foram produzidos 10.000 litros de vinho na cantina da Estação, estando a maioria dos tipos do produto sendo comparado aos melhores

vinhos da Europa, tanto o seco como o suave e o doce.

Outros ensaios de competição de variedades foram realizados com milho e feijão.

Em fase de estudos existe um projeto visando à instalação de um núcleo industrial tecnológico na Estação.

6 — Campo de Multiplicação de Sementes de Jucuruaba

Dedicou suas atividades na multiplicação de sementes de milho e feijão em condições de total mecanização até a colheita que é realizada anualmente.

7 — Estação Experimental de Marilândia

Nesta Estação foram conduzidos ensaios de competição de variedades de café.

Nessa vem sendo feita a exploração regional de madeiras nas matas próprias, tendo sido instalada uma serraria para isso. O material obtido está sendo utilizado na reforma de instalações de propriedade do Governo (Pôsto Zootécnico de São Mateus, Fazenda Santana, etc.) e na venda a terceiros para manutenção da unidade.

8 — Laboratório de Análises de Sementes

Apesar de funcionar em caráter precário, foi procedida a análise de cerca de 300 amostras de sementes de arroz, milho, feijão e algodão, devendo-se salientar que todo milho procedente de Agroceres (cerca de 1.400 toneladas no corrente ano) recebeu o certificado de análise do Laboratório.

9 — Laboratório de Análise de Solos

Funciona em regime de Convênio com o Ministério de Agricultura e Escola Politécnica do Espírito Santo. No ano de 1967 foram procedidas análises de 380 amostras de solos, representando um aumento de 15% (quinze por cento) sobre o ano de 1966, proveniente de todo o Estado, sendo determinado em cada uma delas: acidez, umidade, fósforo, potássio e cálcio prováveis e matéria orgânica.

10 — Serviço de Beneficiamento de Sementes

Foram realizadas melhorias na unidade de beneficiamento, instalado em Tucum, visando a reduzir o seu custo operacional. Essa unidade está apta para proceder ao beneficiamento de sementes de milho por processo totalmente mecanizado, podendo além do milho receber anualmente, até 500 toneladas de arroz e feijão que aliás já têm sido beneficiadas em atendimento ao programa de sementes que

a Secretaria desenvolve com o Ministério da Agricultura sob a forma de "Plano integrado".

11 — Estação Sericícola de Vargem Alta

A preocupação principal nesse setor foi a de colocar em dia o pagamento de casulos, fato este que estimulou os produtores provocando aumento de produção de fio de seda estimada em 2.000 kilos para 1968, o que equivale a um acréscimo de 67% (sessenta e sete por cento) sobre a safra anterior.

Estão sendo mantidos entendimentos com empresas de São Paulo visando à colocação de nosso produto naquele mercado sob a forma de fio em lugar de tecido.

12 — Fazenda Sant'Ana

Em face de precariedade das instalações do setor de suinocultura, foi estudada a construção de instalações funcionais e aquisição de matrizes de procedência idônea das raças suínas Duroc-Jersey, Hampshire e Wessex para cruzamento contínuos ou alternados, funcionando a Fazenda como entrepôsto de distribuição de reprodutores. Esse objetivo tornou-se viável com os recursos conseguidos dentro do programa que vem sendo realizado através do Convênio MA—CONTAP, USAID ACARES/SA.

Durante o ano de 1.967 a venda de reprodutores suínos somou NCr\$ 8.548,00 (oito mil quinhentos e quarenta e oito cruzeiros novos).

No setor da avicultura a venda de aves e ovos rendeu NCr\$ 16.239,13 (dezesseis mil duzentos e trinta e nove cruzeiros novos e treze centavos).

Em 1.968 serão aplicados recursos no melhoramento da alimentação e manejo das aves e serão realizados trabalhos técnico-científicos de grande importância como: testes do valor nutritivo das rações consumidas nas granjas avícolas, provas de ganho de peso e de postura das aves provenientes das granjas de reprodução existentes no Estado.

Cunicultura: foram vendidos reprodutores de diversas raças para o melhoramento das criações existentes procurando-se também intensificar essa criação.

Há necessidade de se promover uma campanha junto ao povo instruindo-se e demonstrando o valor econômico da criação de coelhos e a alta qualidade nutritiva da sua carne.

Divisão de Promoção e Produção

1 — Serviço de Revenda

O Serviço de Revenha funcionou em 1.967, com 64 casas do Lavrador espalhadas por todo interior do Estado. O movimento de venda foi o seguinte:

Mês de janeiro	NCr\$	129.577,17
” ” fevereiro	”	92.858,36
” ” março	”	119.413,89
” ” abril	”	115.585,98
” ” maio	”	110.182,39
” ” junho	”	107.106,48
” ” julho	”	143.093,93
” ” agosto	”	230.049,24
” ” setembro	”	212.123,11
” ” outubro	”	201.712,59
” ” novembro	”	167.198,21
” ” dezembro	”	120.585,91
Total	NCr\$	1.749.497,26

Dêsse total, NCr\$ 593.261,82 (quinhentos e noventa e três mil duzentos e sessenta e um cruzeiros novos e oitenta e dois centavos), referem-se à venda dos produto da Fábrica de Rações da Divisão de Promoção e Produção no Forte de São João.

2. Serviços de Defesa Sanitária Animal

Esse Serviço de Defesa Sanitária Animal funcionou em 1967 através das nove Inspetorias Veterinárias sediadas nos seguintes Municípios:

- 1) Vitória;
- 2) Cachoeiro de Iatpemirim;
- 3) Castelo;
- 4) Colatina;
- 5) Itaguaçu;
- 6) Alegre;
- 7) Linhares;
- 8) Guaçui;
- 9) Mimoso do Sul.

As suas atividades podem ser resumidas nos seguintes dados:

Número de fazendas visitadas:	5.205
Vacinações efetuadas:	456.689
conforme discriminação abaixo: —	
Carbúnculo Hemático	72.301
Carbúnculo Sintomático	39.760
Febre Aftosa	230.445

Raiva dos Herbívoros	81.144
Pneumo Enterite dos Bezerros	1.796
Brucelose	1.545
Garrotinho	1.191
Peste Suina	9.401
Tifo e Cólera Aviária	13.968
Doenças de New Castle	1.250
Epitelioma Aviário	460
Demais serviços	3.428

3. Exposições Agropecuárias

A Divisão de Promoção e Produção, apesar de seus poucos recursos, participou ativamente, quer na parte técnica, quer na financeira, de quatro exposições Agropecuárias e de um concurso leiteiro, nos municípios abaixo relacionados:

XXII Exposição Agropecuária e Produtos Derivados de Cachoeiro de Itapemirim no período de 4 a 9 de abril;

I Exposição Municipal de Afonso Cláudio de 29 a 30 de julho;

IV Exposição Regional de São Mateus de 19 a 22 de setembro;

VI Exposição Agropecuária de Castelo de 29 de maio a 1º de junho;

I Concurso Leiteiro de Cachoeiro de Itapemirim de 28 a 30 de junho.

Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola (D.E.R.M.A.G.)

As PP. MM. funcionaram em 1967 divididas em unidades regionais sediadas em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

Agricultores atendidos pelas Patrulhas Mecanizadas:

Patrulha de Vitória: 98 agre. de 17 municípios

Patrulha de C. Itap.: 62 agre. de 10 municípios

Patrulha de Colatina: 42 agre. de 12 municípios

Patrulha de S. Mateus: 18 agre. de 4 municípios

Total: — 220 agre. de 43 municípios.

Obs.: Muitos serviços realizados em benefício de vários interessados ou mesmo de coletividade, como os de Prefeitura ou DER., constam em nome de apenas um agricultor.

Horas trabalhadas e consumo de combustível nas diversas Patrulhas:

Patrulhas	Horas trabalhadas	Comb. Consumidos
Colatina	5.226 h 50 m	56.645 lts.
C. Itapemirim	6.124 h	72.971 lts.
São Mateus	1.248 h 15 m	12.840 lts.
Vitória	10.966 h 30 m	180.239 lts.
<hr/>		
Total:	23.565 h 35 m	322.695 lts.

Departamento de Terras e Colonização

I. Levantamentos

Realizou o Departamento de Terras e Colonização, no ano de 1967, o levantamento cadastral dos lotes de "Bento Ferreira" nesta Capital e também foi procedido o levantamento dos processos e requerimento dos lotes de terras do "Sítio do Ribeiro" na Praia da Costa.

Do levantamento geral dos processos de terras existentes naquele Departamento, foram relacionados 10.674 processos a saber:

Processos encaminhados ao Departamento	1.479
Processos retornados ao Serviço Jurídico	128
Proc. aguardando exigência da Lei de Terras	1.054
Processos em cobrança	3.965
Processos dependendo de cálculos	140
Proc. em Edital depend. de publicação	1.006
Proc. em armário aguardando cumprimento do Art. 63, da Lei de Terras	132
Proc. devolvidos pelos agrimensores	557
Proc. aguard. distribuição a agrimensores	3.113

Foi efetuado, ainda, o levantamento dos requerimentos de terras na região de Suruaca e zonas adjacentes nos municípios de Linhares e São Mateus.

2 — Movimentação de Processos

Proc. e petição fichados	1.227
Proc. encaminhados às delegacias	479
Proc. encaminhados ao Governador p/aprovação	119
Proc. encaminhados à Procuradoria Geral do Est.	350
Proc. encaminhado ao Cartório	46
Proc. conferidos e registrados	418

3 — Expediente

Editais de vendas de terras	326
Editais de publicação	96

Certidões negativas informadas	1.009
Ofícios Expedidos	382
Portarias e Transferências e Hipotecas	20
Memorandos expedidos	20
Cópias de plantas	8
Certidões Expedidas	27
Telegramas Expedidos	4

4 — Pagamento de Terras

Ordem de cobranças	26
--------------------------	----

Perfazendo um total de NCr\$ 587,63 (quinhentos e oitenta e sete cruzeiros novos e sessenta e três centavos), foram expedidas ordens de cobranças em número de 26.

Impôsto de Transmissão	
Guias Expedidas	119
Guias de Recolhimento	

Atingindo um total de NCr\$ 10.039,72 (dez mil, trinta e nove cruzeiros novos e setenta e dois centavos), foram expedidas guias de recolhimento de número de 549.

Projetos Executados em Regime de Integração com outros órgãos

A — DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA

Promoção Agropecuária

a) Produção de sementes e mudas

Nos campos de cooperação em todo o Estado foram produzidos em 1967:

Feijão "Rico 23"	30.000 kilos
Milho sintético	200.000 kilos
Arroz (variedade dourado)	
Precoce e Pratão	60.000 kilos
Batata semente	3.169 caixas
Muda Citrus	100.000 unidades

A área cultivada nos diversos campos de cooperação forma as seguintes:

Arroz	430 hectares
Feijão	22 hectares

Milho híbrido	205 hectares
Milho sintético	178 hectares
Batatinha	25,8 hectares

B — CONVÊNIO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA CONTAP-USAID BANCO DO BRASIL

a) Assistência à suinocultura

Animais adquiridos para reprodução:

Raça Duroc-Jersey	11 fêmeas e 9 machos
Raça Hampshire	1 fêmea e 4 machos
Raça Wessex	7 fêmeas e 5 machos
Raça Pietrain	2 fêmeas e 2 machos

Esses animais estão utilizados em 5 núcleos, atendendo ao programa de expansão e em consonância com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, e a Secretaria de Agricultura, nos municípios de Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana e Barra de São Francisco e alguns são empregados, já, nos trabalhos de cruzamento em seis cooperados.

Inicialmente, foram manipulados através de 18 cooperadores, 90 matrizes e 18 reprodutores que produziram 1.000 leitões.

Espera-se atingir em 5 anos, 40 cooperadores com um rebanho de 250 matrizes que deverão produzir aproximadamente 2.400 leitões por ano.

b) Produção de mudas frutíferas

Foram distribuídas cerca de 20.000 mudas de citrus enxertadas com borbulhas vindas de São Paulo, e estão preparadas, cerca de 70.000 mudas para entregas a partir de fevereiro.

No campo da fruticultura de clima temperado, foram colocados à disposição dos fruticultores das regiões frias do Estado cerca de 25.000 mudas de variedades selecionadas pelo Agrônomo da Estação de Fruticultura "Mendes Fonseca", de Pedreiras, Domingos Martins.

c) Assistência à Avicultura

As atividades do Subprojeto desenvolveram-se em duas linhas principais:

1) Manter entendimentos iniciais com as Cooperativas Avícolas e os extensionistas locais da ACARES e o Serviço de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura no tocante à assistência Veterinária a ser prestada pelo sub-projeto.

2) Dar aos técnicos que nêle cooperam o melhor gabarito tecnológico possível, através de cursos, palestras, publicações, etc.

d) Alimentação e Manejo de bovino

1) Campos para multiplicação de mudas de forrageiras, foram formados 5 novos campos de multiplicação de mudas sendo quatro na Bacia Leiteira do Norte e um na Bacia Leiteira do Sul.

2) Silo Trincheira:

Difusão do uso de silo trincheira: Mediante seleção de uma propriedade onde se fizesse a montagem de um silo trincheira, compreendendo abertura, acabamento simples, corte e transporte de forragem, picagem, enchimento de silo e orientação para seu uso.

e) Armazenamento na Fazenda:

Foi feita a inspeção aos silos já instalados no Ginásio Agrícola de Alegre, aliás, com pleno êxito.

Houve algum interesse na utilização do paiol de tela.

Projeto de Desenvolvimento da Produção Animal do Espírito Santo (“Alimentos para a paz”)

Foi assinado um convênio entre a Secretaria de Agricultura, Centro das Cooperativas Agrícolas do Espírito Santo, USAID/BRA-SIL, visando à importação de 5.000 toneladas de milho em grão, destinados à fabricação de rações pela Central das Cooperativas. Já foram recebidas 2.000 toneladas. As restantes, 3.000 toneladas, estão a caminho. Com a receita oriunda desse milho a ser incorporada em rações tecnicamente balanceadas, serão aplicados melhoramentos na produção agropecuária do Estado.

D) PROJETO BACIA LEITEIRA DO SUL DO ESTADO

Instituído na Secretaria de Agricultura pela Portaria n. 112 de 27 de abril de 1960, tem por finalidade contribuir para a raciona-lização da produção leiteira na região, visando ao seu aumento qualitativo e quantitativo através da assistência técnico-financeira aos criadores.

Congrega técnicos da Secretaria de Agricultura, do PLAMAN (Ministério da Agricultura) e ACARES.

Durante o ano de 1967 foram realizados os seguintes trabalhos:

PATRULHA MECANIZADA:

Criadores atendidos	114
Hora de trabalhos máquinas	2.910
Área trabalhada	625 ha

DIVISÃO DE PASTAGENS:

Criadores atendidos	36
N.º de novas pastagens	124
Área cercada	3.378
Cércas construidas	92.700 m

REFORMA DE PASTAGENS:

Criadores atendidos	32
Área pastagens reformadas	236 ha

CAPINEIRAS:

Criadores atendidos	112
Áreas das Capineiras	277 ha

FORMAÇÃO DE PASTAGENS:

Criadores atendidos	4
Área formada pastos	90 ha

CULTURA DE FORRAGEIRAS:

Número de criadores	17
Área das culturas	53 ha

CONSTRUÇÃO DE AÇUDES:

Número de criadores	4
Número de açudes	5
Capacidade açudes (mt. 3)	1.264

CONSTRUÇÃO DE SILOS:

Número de criadores	1
Número de silos	2
Capacidade silos (ton)	54

MAQUINAS E IMPLEMENTOS:

Número de criadores	27
Número de máquinas adquiridas	47

VACINAÇÃO REBANHOS:

Número de criadores	27
Vacinações efetuadas	2.659

MELHORAMENTO DO REBANHO:

Número de criadores	17
Reprodutoras introduzidas	122
Reprodutores introduzidos	3

INSTALAÇÕES:

Número de criadores	44
Número de novas instalações	88

DRENAGEM DE PASTAGENS:

Número de criadores	16.600
---------------------------	--------

LIMPEZA DE PASTAGENS:

Número de criadores	9
Área de pastos limpos	768 ha

Outras informações sobre as atividades de Projeto:

Número de visitas aos criadores	554
N. de visitas ao Escritório Regional	1.043
N. de visitas ao Banco do Brasil	49
Kilômetros percorridos p/técnicos	31.772
Kilômetros percorridos p/caminhão	22.185
Participação em Exposições Agro-Pecuárias	4

DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS:

Capim Angola A-21	8.800
Capim Angola A-24	185.200
Capim Napier	142.000
Capim Guatemala	22.000
Capim Pôrto Rico	8.000
Capim Elefante Mineiro	18.000

Recursos obtidos na área Federal

Premidos pela falta absoluta de recursos que impossibilitavam a Secretaria, de colocar em execução qualquer plano de trabalho procuramos conseguir financiamento através de acordos e convênios com organismos de âmbito federal, e, após a elaboração de vários

projetos, obtivemos para o nosso Estado substanciais recursos capazes de promover a dinamização dos trabalhos em importantes setores de nossa agropecuária.

Assim é que assinamos com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) os seguintes acordos:

1)	Ajuda para os trabalhos de elaboração da Carta de Solos em sua segunda fase	NCr\$	120.000,00
2)	Aquisição de tratores para o Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — D.E.R.M.A.G.	"	450.000,00
3)	Aquisição de veículos para uso dos técnicos da Secretaria nos trabalhos de assistência à agropecuária	"	200.000,00
4)	Construção e instalação do Laboratório de Análise de Sementes Fitopatologia e Entomologia	"	236.000,00
5)	Construção do prédio destinado à ampliação da Secretaria, no Forte S. João	"	93.415,53
6)	Recuperação de máquinas agrícolas e tratores, dos quais 17 encontravam-se paralisados necessitando consertos	"	94.584,47

Com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, foram assinados os seguintes acordos:

1)	Acôrdo de Cooperativismo visando à promoção e fiscalização das Cooperativas do Estado	NCr\$	30.000,00
2)	Financiamento da construção de silos metálicos	"	160.000,00
3)	Acôrdo de Eletrificação Rural do Norte do Estado	"	1.200.000,00
4)	Ajuda para construção das novas instalações da Cooperativa de Laticínios de Ca-		

choeiro de Itapemirim, conseguida com a participação ativa da Secretaria NCr\$ 300.000,00

Com a USAID/BRASIL

Possibilidade de obter parte do equipamento para o Laboratório de Análise de Sementes, Fitopatologia e Entomologia.

VII — SAÚDE E ASSISTÊNCIA

1. Considerações Gerais:

Ao setor de Saúde Pública cabe importante papel na estratégia para superar o estágio de sub-desenvolvimento.

É o que pôs em relêvo, entre outros Sanitaristas, Bichat de Almeida Rodrigues, em seu livro "Fundamentos de Administração Sanitária", edição de 1967:

"Os programas de valorização de áreas sub-desenvolvidas, em todo o mundo e no nosso país apreenderam a importância de recuperar o homem como uma das metas mais importantes a atingir e os economistas vêm de incorporar em definitivo tal concepção, como se comprova na Ata de Bogotá e na Carta de Punta del Leste, em cujas recomendações os programas de saúde pública aparecem vinculados aos planos de desenvolvimento recomendados".

Franklin Delano Roosevelt já proclamava, aliás, no tempo em que foi Governador do Estado de Nova York, que — "Em última análise, o sucesso ou o fracasso de um governo será medido pelo bem estar de seus concidadãos. O mais importante para um Estado deve ser sua saúde pública: seu supremo interesse, a saúde do povo".

As repercussões econômicas da doença dispensam maiores comentários quando as estatísticas demonstram que, em consequência da elevada mortalidade entre os brasileiros que se acham em plena idade de produção, isto é, entre os 15 (quinze) e os 60 (sessenta) anos, o tempo de vida de trabalho é quase sempre inferior aos dos habitantes de outras nações que já conseguiram libertar-se das doenças responsáveis por essa situação.

Nos países desenvolvidos, a mortalidade muito elevada nas camadas mais jovens da população já foi superada, resultando primeiro no estacionamento e depois no seu envelhecimento, com as curvas características.

No Brasil, as condições sanitárias encontradas nas suas regiões fisiográficas evidenciam que, embora em algumas áreas já se justifique a instalação e manutenção de serviços destinados ao controle de doenças degenerativas, profissionais e de acidentes, o

grande peso das atividades de saúde pública ainda se deve concentrar na luta contra as doenças transmissíveis, os programas de saneamento, a luta contra a mortalidade materna e da criança, além da assistência curativa.

A população brasileira continua ameaçada por enfermidades como as diarréias infecciosas, a tuberculose, a lepra, a febre tifóide, a esquistossomose, a varíola e tantas outras, para as quais a moderna técnica sanitária dispõe de recursos capazes de reduzir-lhes a incidência a níveis que não comprometam a produtividade e a própria segurança nacional.

Acometidos por essas e outras enfermidades, muitos brasileiros morrem antes de atingir a fase econômicamente ativa da vida e, daqueles que o conseguem, muitos, debilitados por doenças, perdem anualmente considerável número de dias de trabalho.

A participação dos municípios nas atividades locais de saúde é condição precípua para que se torne realidade uma atuação contínua e apropriada em saúde pública, com aproveitamento integral e realista dos recursos humanos e materiais disponíveis, em consonância com os problemas existentes e a capacidade técnica, financeira, cultural e administrativa da coletividade considerada.

A responsabilidade, a participação e as atribuições de cada um dos três níveis da administração nacional, isto é, federal, estadual e municipal, precisam ficar bem definidas no que respeita às atividades de saúde pública, pois a aplicação de recursos nesse campo deverá ser corretamente feita a fim de justificar sua inversão e enquadrar a saúde, que custa dinheiro para recuperar e preservar, no processo de desenvolvimento a que está vinculada como um dos seus componentes'.

2. Reforma Administrativa:

A Secretaria de Saúde e Assistência, inteiramente reestruturada pela Lei Delegada n.º 4, de 09.10.67, passou a ter as condições necessárias para sistematizar a programação de suas atividades nos setores de medicina preventiva, curativa e hospitalar, superando a fase de improvisações até então existente.

3. Serviços Médicos-Sanitários:

Atendendo às exigências da moderna técnica sanitária, já está praticamente montada a estrutura destinada a assegurar a saúde pública no território do Estado.

No setor médico-sanitário, propriamente dito, cabe à Divisão de Unidades Sanitárias, comandar todas essas atividades, realiza-

das através de uma vasta rede de Unidades Sanitárias polivalentes, cuja composição respectiva varia de acordo com a maior ou menor importância de sua área de ação e do pessoal técnico especializado lotado nas mesmas.

Na implantação dessa rede sanitária, trabalho realizado por antecessores, foi obedecida a recomendação de especialistas no assunto que preconizam o alicerçamento em órgãos responsáveis dentro de sua área de ação, de todas as atividades de Saúde Pública que possam ser descentralizadas em órgãos locais. A atual Reforma Administrativa estadual manteve esse conceito e as modificações introduzidas foram no sentido de aprimoramento.

Seguindo essas diretrizes, dispõe o Estado, atualmente, de 50 (cinquenta) Unidades Sanitárias, instaladas aqui na sua quase totalidade em prédios próprios e espalhados pelos 53 (cinquenta e três) municípios do Estado, no corrente ano entraram em pleno funcionamento as novas Unidades Sanitárias de Pinheiro e Santa Tereza, bem como as Unidades Sanitárias de Santa Leopoldina, Viana, Iconha, Mucurici e Barra de Itapemirim, há muito tempo paralisadas por falta de médico e que voltaram a funcionar.

A despeito da limitada situação financeira do Estado, êsses órgãos vêm apresentando resultados satisfatórios, sobretudo aqueles que visam a dar ao homem melhores condições de saúde.

Tendo em vista os grandes problemas próprios das chamadas áreas sub-desenvolvidas, nos quais sobressaem as chamadas doenças de massas e aquelas ligadas à subnutrição, o Governo procurou colocar em primeiro plano, os programas que objetivassem o combate às doenças transmissíveis e a educação sanitária das comunidades.

Por essa razão e também pela simples convicção da primordial, indiscutível e insuperável importância das medidas relacionadas com o combate às doenças transmissíveis, procurou-se concentrar todos os recursos nessa direção, embora não se descurasse de atender, também, às necessidades da população decorrentes de sua pobreza e do sentimento arraigado de que serviço de saúde pública consiste sobretudo em tratamento médico.

Se bem que as atividades de combate às doenças transmissíveis tenham sido a tônica da Secretaria de Saúde e Assistência, as mesmas continuam sendo a principal preocupação futura até conseguirmos colocar no quadro nosológico do Estado, as chamadas doenças de massas, em níveis razoáveis. A tuberculose, a lepra, a boubá e as doenças transmissíveis agudas constituem as principais causas morbígenas do nosso meio. Consequentemente, possuímos um índice vital relativamente baixo, determinado principalmente por uma taxa

elevada de mortalidade que incide principalmente sobre as nossas populações jovens, causadas por essas doenças combatíveis.

No que se refere à tuberculose, embora seja o Estado do Espírito Santo, epidemiologicamente falando, um dos melhores investigados quando comparados com os trabalhos realizados nos demais Estados, constitui ainda um problema, principalmente por apresentar, atualmente, características diversas daquelas observadas anteriormente. Deixou a tuberculose de ser uma doença citadina para se disseminar intensamente pelas zonas rurais, o que impossibilitou apesar dos esforços criteriosos desenvolvidos em íntima colaboração com a Campanha Nacional contra a Tuberculose, o controle total da endemia.

No tocante à lepra, os resultados que se poderiam esperar da implantação de novas diretrizes traçadas pelo Serviço Nacional de Lepra, não têm sido alentadores. A falta de pessoal especializado, os recursos insuficientes e dificilmente liberados têm impedido imprimir maior dinamismo à solução do problema.

No combate às doenças transmissíveis agudas, embora os resultados apresentados fôssem aquém daqueles esperados, foram entretanto satisfatórios, como se pode constatar pelos totais de vacinações efetuadas no corrente ano, através das diversas Unidades Sanitárias.

Imunização Anti-VARIÓLICA	196.215
" Contra a POLIOMIELITE	107.633
" Anti-TIFÓIDICA	116.644
" Anti-DIFTÉRICA	31.297
" Anti-TETÂNICA	36.035
" Contra a COQUELUCHE	28.958

Durante o exercício passado, deu-se ênfase especial aos setores destinados a assegurar a saúde da criança, através dos programas de higiene pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar.

Sendo o principal escopo da higiene pré-natal proteger a gestante contra os perigos e riscos da gestação, de modo a assegurar à futura criança um desenvolvimento normal, os atendimentos observados no corrente ano, através das Unidades Sanitárias, foram de 14.548 gestantes.

Embora os maiores benefícios relacionados com a proteção do infante, sejam aquêles fornecidos pelas práticas de imunização, inclusive a primo-vacinação pelo B.C.G., procurou-se ainda recuperar a criança enferma e, assim, no ano de 67, foram atendidos 21.460 infantes.

Constituindo o pré-escolar o grupo mais numeroso e também pelas suas características fisiológicas, o grupo mais vulnerável às doenças, ao mesmo deu-se um carinho especial, baseado na vigi-

lância sanitária sob a forma de vacinações e de distribuição de suprimentos alimentares sob a forma de leite em pó desnatado ou de mistura farinácea, que foi destinado ao Estado pelo Departamento Nacional da Criança e doado pelo Programa "Alimentos para a Paz". Esse suprimento alimentar, embora tenha também beneficiado a infantes, gestantes e nutrizes, foi entretanto usado prioritariamente para atender às necessidades nutritivas do Pré-Escolar.

As diversas Unidades Sanitárias do Estado, através de seus dispensários especializados, atenderam no corrente ano, a 52.115 pré-escolares.

O número de escolares atendidos no corrente ano foi de 39.554, sem levarmos em consideração aqueles que compareceram às Unidades Sanitárias para se beneficiarem com as práticas imunizantes ou para obtenção de atestados de saúde.

Obrigados que somos a aceitar, o que, aliás, observa-se, em todos os Estados, a assistência médica como atividade básica de uma Unidade, mesmo porque as populações mais carentes de recursos, doentes desamparados e sem disporem de outros meios, apelam para a Unidade Sanitária, como uma tábua de salvação para minorar os seus males e misérias orgânicas, a mesma sofreu no corrente ano um grande desenvolvimento. Os dados apresentados abaixo, demonstram essa afirmativa.

N.º de atendimentos de adultos	94.148
Injeções aplicadas	52.533
Medicação distribuída	398.455

Buscando dar à Saúde Pública uma ação eficiente, outros setores são forçosamente necessários a um maior desenvolvimento pois constituem elementos complementares, indispensáveis às chamadas atividades básicas. Dentre essas, justo é salientar o setor de odontologia sanitária e as atividades desenvolvidas pelos laboratórios das Unidades Sanitárias; outras entretanto, pelo maior desenvolvimento atingido, merecerão citações especiais.

No que se refere às atividades laboratoriais, cabe mencionar que no corrente ano, foram realizados através das Unidades Sanitárias 44.997 exames de fezes e 16.243 exames de urina, dos quais estão excluídos aqueles realizados pelo Laboratório Central.

As atividades de odontologia sanitária no corrente ano foram dirigidas principalmente no sentido da organização. Verificou-se que o material permanente, em quase toda a sua totalidade estava em péssimas condições, por sua idade ou desgaste natural e pelo uso sem a devida manutenção. O instrumental é o mais variado, despadronizado e suas condições também nada têm de animadoras. O material de consumo sempre foi adquirido quando praticamente já havia falta do mesmo. Um levantamento de todos os consultórios do Estado e seus pertences, um fichário de todos os dentistas com dados pessoais e sistema de controle de produção e de consumo foram

as primeiras providências a serem tomadas. Com o resultado disto, tornou-se possível organizar uma pasta para cada dentista, onde se pode ter com um simples olhar o panorama real da unidade odontológica, suas necessidades e sua produção. O atendimento odontológico era feito assim: Atendimento em Unidade Sanitária e atendimento em Unidades Escolares. Algumas Unidades Sanitárias estavam e ainda estão sofivelmente equipadas permitindo que se façam obturações, entretanto, as dificuldades de material de consumo, no momento, não permitiram que isso fôsse feito.

Noutros, precariamente instalados, ou necessitando de grandes reparos, só extrações eram feitas. Assim sendo, e para padronizar os atendimentos, foram adotadas medidas no sentido de que só se fizessem nas unidades sanitárias.

Tal medida visava atender ao maior número de pessoas com o menor gasto possível. Utilizou-se todo o material de consumo, com exceção de anestésicos e agulhas, que foram fornecidos com regularidade às Unidades Sanitárias. Assim, houve benefício para a criança, na rede de escolas públicas do Estado. No atendimento ao escolar, alguns Grupos tinham seu consultório dentário, outros tinham até 2 (dois) dentistas lotados, mas a eficiência do serviço muito deixava a desejar. Analisando a produção dos dentistas isolados e da Equipe Móvel, chegou a S.S.A. à conclusão de que seria contraproducente, oneroso e inoperante manter um equipamento antiquado e 1 (hum) ou 2 (dois) dentistas para o atendimento de 800 a 1.200 alunos, média dos grupos situados no 1.º Distrito Sanitário. Assim sendo, foi deliberado retirar de todos os Grupos, seus dentistas, de alguns seus consultórios e transferí-los para Unidades Sanitárias; e efetuar na área do 1.º Distrito Sanitário, a Operação Concentrada de Combate à Cárie Dental. Nessa Operação Concentrada, utilizaram-se um consultório móvel constante de:

- 3 cadeiras de campanha;
- 1 compressor de ar;
- 1 alta rotação;
- 1 armário;
- 1 lavatório;

3 mesas Mayo e mais o instrumental necessário para trabalharem 3 (três) dentistas e 1 (hum) atendente em um Grupo Escolar, no horário de 2 horas diárias ou 4 horas em dias alternados. Assim, essa turma como ficou designada, era reunida em equipes móveis.

A Operação Concentrada atuou em diversos Grupos Escolares e os resultados foram animadores. O consumo médio foi muito econômico e embora havendo necessidade de uma manutenção mais rigorosa para que não faltasse material nem falhasse o equipamento, mesmo sem condução própria, mantiveram-se de julho a dezembro, equipes móveis, em 4 Grupos Escolares ao mesmo tempo.

Uma Operação Concentrada da envergadura da qual nos promos executar para o atendimento das 35.000 crianças dos Grupos Escolares da Região do 1.º Distrito Sanitário, produz resultado notáveis e possibilita um atendimento odontológico honesto e técnico dentro das normas mais modernas da Odontologia Social.

Não descuidando do aspecto preventivo da odontologia, esperamos no próximo ano encetar uma Campanha de Aplicação tópica de fluoreto, de palestras sobre Saúde da Bôca e dos dentes e lutar pela fluoretação da água potável na área da CESAN.

Os resultados obtidos em Baixo Guandu, autorizam afirmar que a fluoretação da água reduz de 60% o número de cárie nas crianças de 4 a 13 anos.

Embora as dificuldades encontradas e as transformações introduzidas tenham um impacto nas atividades desse setor, vale entretanto salientar que mesmo assim os resultados apresentados pelos diversos Gabinetes, quer instalados em unidades escolares ou em Unidades Sanitárias, abaixo transcritos, são satisfatórios:

N.º de atendimentos	47.151
N.º de extrações realizadas	71.350

Pelo exposto verifica-se que muito pouco foi feito do muito que se podia fazer. Tal fato é facilmente explicável. Embora nesse setor não se tenha descuidado de suas maiores finalidades, procurou-se concentrar também atenções para as questões relacionadas com a organização, no sentido de corrigir as consequências sentidas anteriormente quando a Secretaria de Saúde e Assistência carecia de uma estrutura capaz de executar suas verdadeiras atribuições.

4. Rêde Hospitalar:

4.1 — No início do exercício de 1967, a primeira preocupação voltou-se para a excessiva autonomia de que gozavam as diversas Unidades Hospitalares. Ligados a esta Secretaria — por ténues traços de subordinação, cada Hospital seguia uma orientação própria, isenta de controle central, o que provocou uma acentuada desordem administrativa e técnica.

Dêsse modo, no exercício passado, a ação da Secretaria no setor hospitalar caracterizou-se sobretudo, por medidas de natureza técnico-administrativa, tendo em mira o combate perseverante às distorsões encontradas e o melhor aproveitamento dos recursos.

4.2 — Medidas técnico administrativas.

Entre as principais medidas instituidas, podemos apontar

4.2.1 — Coordenação:

Foi estabelecido um comando central através da Coordenação da Rêde Hospitalar, com o objetivo de impor uma disciplina, técnico-administrativa e elaborar um programa global de melhoria do sistema hospitalar.

4.2.2 — Orçamento e Finanças:

Institui-se um sistema de controle da execução orçamentária e dos recursos financeiros próprios de cada hospital pois, era verdadeiramente desalentadora a situação, neste particular.

A renda hospitalar, na ausência de um controle, sem a sua contabilização no Orçamento do Estado, sem estar condicionada a qualquer norma de aplicação, ficava sujeita tão somente ao critério pessoal de cada Diretor de Unidade. Assim, os recursos Hospitalares eram divididos em obras esparsas, concebidas isoladamente, sem levar em conta um critério racional de utilização e não atendiam, como agora, a um programa global, tecnicamente esboçado.

Outrossim, partindo da noção de que, embora existindo pacientes gratuitos, todos os leitos são pagos, procuramos atenuar os encargos financeiros do Estado com o aumento da renda hospitalar.

Assim com as medidas abaixo relacionadas, conseguimos uma considerável elevação dessa receita.

- a) Atualização das tarifas de prestação de serviços ao INPS.
- b) Convênios para adjudicação de serviços celebrados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, através do Hospital Maternidade "Silvio Avidos", de Colatina e Hospital "Dr. Jones" de Baixo Guandú.
- c) Aumento, sem prejuízo dos pacientes gratuitos, do número de leitos destinados aos pacientes previdenciários no Hospital Colônia "Adau(o) Botelho".
- d) Construção e instalação de 26 leitos para pacientes contribuintes no Hospital "Osvaldo Monteiro".
- e) Preparação de leitos para previdenciários nos Pavilhões "Carlos Lindenberg", em Colatina, e "Samuel Libânia", em Cachoeiro de Itapemirim. Os estudos para a adjudicação desses leitos ao INPS já se encontram em sua fase final.

4.3 — Patrimônio:

Esta Secretaria não possuia a menor indicação dos bens hospitalares e os próprios Hospitalares desconheciam o seu patrimônio. Assim, alcançando toda a Rêde Hospitalar, procedemos a um cuidadoso levantamento e cadastro de todos os bens móveis e imóveis. Foi um trabalho altamente positivo, que resultou, inclusive, na recuperação de vários equipamentos, antes considerados inservíveis.

4.4 — Pessoal

Em relação ao Pessoal, podemos classificar de anarquia a situação encontrada: admissões feitas desordenadamente, sem qualquer controle e que, frequentemente, não atendiam às necessidades do serviço; multiplicidade na nomenclatura dos cargos e funções; desigualdade de salários entre as diversas Unidades e, até mesmo, dentro do mesmo Hospital; regime de exceções e privilégios, caracterizado pela concessão de gratificações, distribuídas sem um critério rígido. Face à gravidade do problema, foram tomadas as seguintes providências:

- a) Proibição de qualquer admissão sem a prévia autorização da Secretaria.
- b) Proibição de concessão de novas gratificações e exame das já concedidas.
- c) Levantamento do pessoal da Rêde Hospitalar
- d) Elaboração do Quadro de Pessoal de Rêde Hospitalar, estabelecendo uma classificação de cargos e funções, com a fixação de nomenclatura uniforme e imposição de hierarquia salarial, segundo critério rigoroso e justo.

4.5 — Fundação Hospitalar:

Após equacionar o programa médico-hospitalar, esta Secretaria sentiu a necessidade de uma reforma de profundidade no sistema hospitalar oficial. Assim, procedeu-se ao estudo para a criação da Fundação Hospitalar do Espírito Santo. Essa Instituição, com uma estrutura moderna e elástica, virá facilitar a mobilização de recursos e favorecer o rendimento hospitalar.

4.6 — Índices Técnicos:

Embora alguns hospitais já apresentem um bom padrão, não foi possível conseguir ainda um nivelamento, no alto, das diversas Unidades. São os seguintes:

4.6.1 — Leitos disponíveis	1.938
Percentagem de ocupação	93,9%
4.6.2 — Admissões	6.294
4.6.3 — Doente/dia	652.016
Custo unitário	NCr\$ 4,67

4.7 — Obras e Investimentos

Face ao fato da existência de um orçamento já em execução e tendo em vista a inexistência de um programa de aplicações previamente elaborado, esta Secretaria restringiu os seus investimentos aqueles que, por sua natureza se tornaram inadiáveis:

- 4.7.1 — Pintura, conservação e recuperação de imóveis nas diversas Unidades.
- 4.7.2 — Revisão da rede de energia elétrica e do sistema hidráulico.
- 4.7.3 — Construção de imóvel para residência no Sanatório Pedro Fontes.
- 4.7.4 — Prosseguimento — agora, em fase da conclusão das obras de construção do Hospital do Sanatório Pedro Fontes.
- 4.7.5 — Reforma do Hospital e Maternidade de Baixo Guandú com a ampliação da sala de parto e construção de 2 (dois) apartamentos para pacientes contribuintes.
- 4.7.6 — Construção de um Necrotério bem como dependências para esterilização de roupas no Pavilhão “Carlos Lindenberg”.
- 4.7.7 — Recuperação de um pavimento com a instalação de 26 (vinte e seis) leitos no Sanatório Oswaldo Monteiro.
- 4.7.8 — Início da construção de um pavilhão, de 2 (dois) pavimentos, no Sanatório “Oswaldo Monteiro”.
- 4.7.9 — Construção e instalação de moderna lavanderia no Sanatório “Oswaldo Monteiro”.
- 4.7.10 — Construção de uma área de recreio no Pavilhão “Carlos Lindenberg”.
- 4.7.11 — Aquisição de uma lavanderia para o Hospital Infantil.
- 4.7.12 — Ampliação de lavanderia do Hospital Colônia “Adauto Botelho” com a aquisição de novas máquinas.
- 4.7.13 — Ampliação da cozinha do Hospital Colônia “Adauto Botelho” com a recuperação de 2 (duas) caldeiras e aquisição de novos equipamentos.

5. Laboratório Industrial:

Em 1967, revelou-se econômica e plenamente compensadora a operação e a produção do Laboratório Industrial mesmo levando em

conta sua atual capacidade ociosa. A sua produção garantiu satisfatório suprimento às Unidades Sanitárias durante todo o exercício.

Com preços unitários e totais são relacionados abaixo os produtos preparados pelo Laboratório Industrial durante 1967.

Produtos	Quant.	Preço Unit.	Total NCr\$
Protoxalato de ferro comprimidos	986.000	0,0055	3.748,80
Adipato de Piperazina — comprim.	691.600	0,0033	3.253,80
Sulfadiazina — comprimidos	540.400	0,02	10.808,00
Acido Acetilsalicílico — comprim.	316.800	0,006	1.900,80
Antigripal — ampôlas	3.200	0,018	57,60
Sulfanilamida (pomada) lata	2.050	0,02	41,00
Tintura de iôdo vidro com 120 g.	235	0,29	68,15
Tintura de idôo vidro com 200 g.	52	0,49	25,48
Mercúrio cromo vidro com 120 g.	278	0,28	77,84
Mercúrio cromo vidro com 200 g.	28	0,47	13,16
TOTAL GERAL		NCr\$	19.994,63

Acrescendo-se NCr\$ 5.592,00 (cinco mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros novos), correspondente aos vencimentos de cinco funcionários lotados no citado Laboratório ao total geral de NCr\$ 19.994,63 (dezenove mil, novecentos e noventa e quatro cruzeiros novos e sessenta e três centavos), acima indicado obtém-se uma despesa global da ordem de NCr\$ 25.586,63 (vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis cruzeiros novos e sessenta e três centavos).

Tais produtos, se adquiridos aos preços vigentes no comércio, custariam NCr\$ 68.989,60 (sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros novos e sessenta centavos). O fabrico resultou, portanto, em uma economia da ordem de NCr\$ 43.402,97 (quarenta e três mil, quatrocentos e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos).

6. Estatística da Saúde:

O extinto Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde, atual Diretoria de Estatística da Saúde, deu prosseguimento às suas atividades, coletando, criticando e apurando dados biodemográficos de óbitos em geral, óbitos fetais, nascimentos vivos e casamentos, registrados pelos 183 cartórios de registro civil, além da apuração dos índices de morbidade por doenças transmissíveis, dos levantamen-

tos de estatística nosocomial e análise estatística do Censo Torácico.

De acordo com o Plano Nacional de Estatística, foram fornecidos aos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aos Serviços Federais e Estaduais de Estatística todos os dados solicitados.

Em 1967, foram elaboradas 374 tabelas diversas para atendimento de 58 pedidos de informações formulados por órgãos sanitários sediados neste Estado, Departamento Estadual de Estatística, médicos e entidades particulares.

7. Fiscalização do Exercício Profissional da Medicina:

O extinto Serviço de Fiscalização da Medicina, atual Diretoria da Fiscalização do Exercício Profissional, não comporta grandes inovações porque é moldado em leis de âmbito federal.

Estão relacionadas abaixo as atividades realizadas em 1967, nesse setor específico:

7.1 — Diplomas Registrados

7.1.1 — Médicos	37
7.1.2 — Dentistas	36
7.1.3 — Farmacêuticos	1

7.2 — Gratificados Inscritos:

7.2.1 — Oficiais de Farmácia	5
7.2.2 — Auxiliares de Enfermagem	6

7.3 — Matrículas Efetuadas:

7.3.1 — Farmácias	56
7.3.2 — Postos de Socorro Farmacêutico	14
7.3.3 — Depósitos de Drogas	3
7.3.4 — Laboratórios de Análises Clínicas	2
7.3.5 — Laboratórios de Produtos Farmacêuticos	1
7.3.6 — Casas de Ótica	2

7.4 — Licenças Renovadas:

7.4.1 — Farmácias	114
7.4.2 — Postos de Socorro Farmacêutico	22
7.4.3 — Depósitos de Drogas	6
7.4.4 — Drogarias	1
7.4.5 — Laboratórios de Produtos Farmacêuticos	1

7.4.6 — Laboratórios de Análises Clínicas..	3
---	---

7.5 — Licenças Canceladas:

7.5.1 — Farmácias	66
7.5.2 — Postos de Socorro Farmacêutico..	120
7.5.3 — Depósitos de Drogas	16
7.5.4 — Drogarias	3
7.5.5 — Laboratórios de Produtos Farmacêuticos	1

7.6 — Licenças não Renovadas:

7.6.1 — Farmácias	5
7.6.2 — Drogarias	1
7.6.3 — Laboratórios de Produtos Farmacêuticos	1
7.6.4 — Laboratórios de Análises Clínicas ..	6
7.6.5 — Casas de Óticas	2

7.7 — Diversos:

7.7.1 — Térmos de abertura e de encerramento de receituários gerais de entorpecentes e de psicotrópicos de farmácias	207
7.7.2 — Requisições de entorpecentes visadas	68
7.7.3 — Balanços de entorpecentes e de psicotrópicos	104
7.7.4 — Certificados concedidos	21
7.7.5 — Certidões concedidas	34
7.7.6 — Editais publicados	9

8. Estudos e Projetos

Pelo titular da Secretaria de Saúde e Assistência foram mantidos entendimentos para assinatura de diversos convênios com órgãos federais em regime de cooperação e pleiteados recursos junto a diversas fontes de financiamentos:

I — Convênio com o Fundo Rural, visando a beneficiar 14 municípios situados na zona fisiográfica norte do Estado, no valor de NCr\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil cruzeiros novos), a ser executado no segundo semestre de 68, cobrindo o custeio de reequipamento de Unidades Sanitárias e a complementação de salários de médicos e dentistas.

II — Estudo completo para construção e equipamento de um Centro de Saúde em Linhares, no valor de NCr\$..... 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros novos), a ser custeado pela Cia. Vale do Rio Doce.

III — Projeto de Assistência Médico-Sanitária Móvel para a região fisiográfica norte, orçado em NCr\$ 135.837,00 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros novos), remetido ao INDA. Como o referido plano visa beneficiar as populações de zonas essencialmente agropecuárias e sendo essa a principal finalidade dêste órgão, a sua participação seria de NCr\$ 514.060,00 (quinhentos e catorze mil, e sessenta cruzeiros novos), e o restante, seria custeado pelo Estado.

IV — Projeto de construção e instalação de um Centro de Saúde em Nova Venécia, no valor de NCr\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros novos), encaminhado ao Senhor Ministro da Saúde.

V — Orçamento para equipagem de 15 (quinze) Unidades Sanitárias do Estado, no valor de NCr\$ 385.289,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros novos), a ser custeado pelo Ministério da Saúde.

VI — Projeto de construção e equipamento das Unidades Sanitárias de Boa Esperança, Pinheiro, Pancas, São Gabriel da Palha, Apiacá, Piúma, Anchieta, Ibiraçu, Serra e Presidente Kennedy, no valor global de NCr\$ 274.760,00 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta cruzeiros novos).

VII — Projeto de construção e equipamento da nova sede própria para a Secretaria de Saúde e Assistência, no valor de.... NCr\$ 1.395.000,00 (hum milhão, trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros novos), a ser executada em duas etapas em 1968, seriam aplicados NCr\$ 600.000,00 e o restante em 1969.

VIII — Projeto de construção e equipamento do Hospital Isolamento, com capacidade para 60 leitos no valor global de NCr\$ 1.147.650,00 (hum milhão, cento e quarenta e sete mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros novos), a ser executado em duas etapas, sendo que em 1968 seriam aplicados NCr\$ 970.920,00 (novecentos e setenta mil e novecentos e vinte cruzeiros novos), e em 1969, NCr\$ 176.730,00 (cento e setenta e seis mil e setecentos e trinta cruzeiros novos).

IX — Prosseguimento das obras da ampliação do Hospital Colônia "Adauto Botelho", no valor global de NCr\$ 368.104,00 a ser aplicado em três exercícios sendo NCr\$.. 238.104,00 em 1968, NCr\$ 85.000,00 em 1969, e NCr\$.... 45.000,00 em 1970.

VIII — SEGURANÇA PÚBLICA

Na órbita da Secretaria de Segurança Pública assume especial relevo a atividade desenvolvida pela atual Superintendência da Polícia Civil.

A luta indormida contra os marginais da lei e os empreiteiros da morte marcou lances de grande repercussão pública, que seria ocioso relembrar perante os Nobres Representantes do Povo.

Bastaria dizer que através desse órgão se fez, finalmente, uma campanha de grandes proporções em todo o território do Estado, para erradicar os grupos criminosos que espalhavam o terror entre as populações interioranas, levando ao descrédito as atividades represoras do Poder Público.

Alguns índices, por sua expressividade, devem aqui ser mencionados. Assim é que, para uma população carcerária, na Casa de Detenção, de 83 detentos em janeiro de 67, havia cerca de 302 detentos em dezembro do mesmo ano.

Na repressão de contravenções de porte de arma é de se assinalar que foram apreendidas cerca de 805 armas de fogo, das quais 302 revólveres e 414 garruchas e cerca de 584 armas brancas, totalizando 1.389 armas proibidas.

Verifica-se, portanto, que, concomitantemente à ação represiva da Polícia Civil, ela também se fez atuar nas medidas preventivas, procurando obstaculizar o aumento dos delitos contra a vida humana.

IX — CONCLUSÕES

Por conta de cada qual, naturalmente, hão de ficar as conclusões sobre os trabalhos desenvolvidos, programados ou concluídos no exercício de 67 pela Administração Estadual.

A opinião de cada um merece, portanto, seja ela qual fôr, o nosso respeito pessoal.

Mas nem por isso poderíamos deixar de acrescentar as nossas próprias conclusões sobre o volume de problemas administrativos, cuja solução depende, constitucionalmente, do entrosamento dos Poderes Executivo e Legislativo.

1. Nova Constituição

Dentre as inovações da nova Carta Federal, que institucionalizou o Movimento Revolucionário de 64, merecem registro especial os que deram feição mais dinâmica à Administração Pública, através dos dispositivos referentes à execução e à fiscalização orçamentária e aos novos processos legislativos.

A primeira experiência de delegação legislativa coroou-se, a nosso ver, de pleno êxito. Votado por essa Assembléia o primeiro diploma legal da Reforma Administrativa, foram em seguida, editadas cerca de 26 Leis Delegadas, igualmente referendadas por essa Casa de Leis.

A adoção do orçamento-programa foi outra inovação promissora, que tende a impedir o tumulto e a improavidão das administrações estaduais.

Superadas, como vão sendo, as dificuldades de implantação do novo sistema tributário, tudo indica que, nos próximos exercícios, poderá a Administração Pública executar rigorosamente a lei de meios.

2. Colaboração Federal

Embora o Espírito Santo tenha sido até agora o grande esquecido da Federação, já se pode vislumbrar que as novas condições político-administrativas, decorrentes da Revolução de 64 criaram justificadas expectativas em favor dos pequenos Estados.

Como sinal evidente desse novo estado de espírito, é de se registrar, no início do corrente exercício, a honrosa visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que aqui veio a nosso convite para encerrar os trabalhos do Simpósio sobre o Desenvolvimento do Espírito Santo.

3. Equipe Administrativa

A despeito das dificuldades apontadas ao longo desta Mensagem, parece-nos cabível, uma nota de otimismo sobre o futuro.

Pelo trabalho desenvolvido em cada setor administrativo, cabe-nos também o dever de exprimir o nosso agradecimento pela dedicação com que se houveram todos os nossos colaboradores, desde o mais graduado ao mais modesto funcionário.

Aos integrantes do primeiro escalão desejamos, todavia, endereçar um agradecimento especial, que solicitamos transmitir aos respectivos setores.

Agradecemos, portanto, a colaboração dada às tarefas administrativas desenvolvidas em 67 pelos seguintes e devotados auxiliares diretos:

na Secretaria de Agricultura, o Dr. Ivan Neves de Andrade, posteriormente substituído pelo Dr. Guilherme Pimentel Filho.

na Secretaria de Educação e Cultura, o Professor Darcy Werther Vervloet;

na extinta SVOP, o Engenheiro Bertino Alves;

na extinta Secretaria do Governo, o Dr. Paulo Augusto Costa Alves, posteriormente substituído pelo Secretário Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, Deputado Dr. José Carlos da Fonseca;

na Secretaria de Segurança Pública, o Sr. José Dias Lopes;

na Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça o Dr. Antônio Dias de Souza, posteriormente substituído pelo Dr. Paulo Augusto Costa Alves;

na Secretaria de Planejamento, o Dr. Alvino Gatti;

na Secretaria de Saúde e Assistência, o Dr. Hamilton Machado de Carvalho;

na Secretaria de Indústria e Comércio, o Economista Luiz Paulo de Souza;

na Secretaria da Fazenda, o Economista Rubens Vieira de Oliveira, posteriormente substituído pelo General da Reserva Adyr Maia;

na presidência da CODES, o Engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos;

na presidência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, o homem de empresa Luiz Teixeira;

na presidência da CESAN, o arquiteto Décio Thevenard;

na Direção Geral do DEO, o Engenheiro Dorian Castello Miguel;

na Direção Geral do DER, respondendo pela Secretaria de Serviços Públicos Especiais, o Engenheiro José Carlos Pereira Netto;

na Secretaria de Serviços Sociais, o médico Henrique Del Carro;

na presidência da COHAB-VT, o Sr. Tuffy Nader;

na presidência da COPESA, o Capitão de Fragata Jorge Shalfer;

na Direção Geral do Departamento de Administração Geral, o Dr. Ary Queiroz da Silva.

Agradecemos por igual, a quantos, atendendo à convocação que lhes foi feita, emprestaram sua valiosa colaboração nos grupos de trabalho constituídos pelos decretos números 2.448 (Urbanização da Ilha do Príncipe); 2.472 (Adaptação da legislação estadual da Polícia Militar); 2.477, (Coordenação da Política Habitacional); 2.561 (Política Estadual de Comunicações); 2.576 (Diretrizes da Política Estadual de Turismo).

Com êstes agradecimentos e com os comentários feitos ao longo desta Mensagem, acreditamos que, na medida de nossas fôrças, foi feito o possível para colocar o nosso Estado no caminho de seu Desenvolvimento, na justa expectativa de que, pelo seu progresso material, moral e cultural, possa o Espírito Santo, em futuro próximo, ombrear-se com os Estados líderes da Federação Brasileira.



— — — — —
Esta obra foi confeccionada
nas Oficinas do Departamento
de Imprensa Oficial.
— — — — —